



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGE

**A FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS NAS ÁREAS DE AGROPECUÁRIA E
AGROINDÚSTRIA PARA JOVENS ASSENTADOS DA REFORMA AGRÁRIA-
IFPB-CAMPUS SOUSA**

MARIA DAS DORES SALES BARRETO

SOUSA-2010



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGE

MARIA DAS DORES SALES BARRETO

**A FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS NAS ÁREAS DE AGROPECUÁRIA E
AGROINDÚSTRIA PARA JOVENS ASSENTADOS DA REFORMA AGRÁRIA-
IFPB-CAMPUS SOUSA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Educação do Centro de Educação, sob a
orientação da professora Dr^a. Maria do
Socorro Xavier Batista

João Pessoa-PB
2010

MARIA DAS DORES SALES BARRETO

**A FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS NAS ÁREAS DE
AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA PARA JOVENS
ASSENTADOS DA REFORMA AGRÁRIA-IFPB-CAMPUS SOUSA**

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Dra. Maria do Socorro Xavier Batista
Orientadora

Dr. Severino Bezerra Silva
Examinador

Dr. José Jonas Duarte Costa
Examinador

DEDICATÓRIA

*Ao meu amado pai, **Luiz Alves Barreto** (In Memoriam)*

*À minha mamãe, **Maria Zuila Sales Barreto**, por me dispor sempre do seu amor e seus carinho onde, nas minhas agonias, sempre corria pra seus braços a fim de renovar as minhas forças e acreditar que vale a pena lutar e conquistar seus ideais*

AGRADECIMENTOS

- Primeiramente a Deus pelo dom da inteligência e sabedoria e ter me dado a oportunidade de hoje diante de todos vocês estar concluindo mais uma etapa de minha vida nesta longa caminhada de um educador;
- A minha orientadora professora doutora Maria do Socorro Xavier Batista, por tudo que representou nessa minha jornada. Agradeço-lhe pela grande educadora, que abriu horizontes possibilitando e acrescentando para a minha pesquisa todo o seu conhecimento e experiência de Educação, pela paciência e sua boa vontade de me conduzir pelo mundo da pesquisa, e acreditou e confiou no meu trabalho;
- A professora doutora do IFPB Campus Sousa Kátia Cristina de Oliveira Gurjão companheira de luta e grande incentivadora da minha pesquisa, contribuindo, ajudando e compartilhando do seu conhecimento de Educação do Campo com sua experiência como uma das fundadoras do PRONERA em nossa Instituição a ela meu muito obrigada;
- À minhas queridas manas(os), como chamo carinhosamente minhas fieis companheiras(os) e amigas(os) sabendo que sempre posso contar nas minhas aflições;
- A Comissão Pastoral da Terra (CPT) meu muito obrigado pelas contribuições e conhecimentos passado com todo carinho para que a minha pesquisa enriquecesse com as experiências vividas e repassadas;
- Ao INCRA por mais uma parceria que deu certo, suas informações foram precisas para o desenvolvimento desta pesquisa;

- A assentados pela parceria e pela disposição em sempre poder contar e principalmente com a sabedoria pela qual só veio enriquecer e abrilhantar mais a minha pesquisa;
- As minhas colegas professoras, Andréa de Lucena Lira, Heloiza Carneiro Barreto, Maria de Fátima Figueiredo Lacerda e Luciana Trigueiro, parceiras e amigas do Curso Técnico em Agroindústria que tiveram paciência e foram companheiras assumindo parte das minhas atividades no período do mestrado;
- À cada uma e a cada um dos meus colegas da turma do Mestrado em Educação de Cajazeiras novas amizades foram feitas e conquistadas;
- Às professoras e professores alunos e alunas do IFPB Campus Sousa obrigado por tudo todos vocês fazem parte desse processo;
- Aos professores e professoras do PPGE-UEPB pelos conhecimentos adquiridos com vocês e, principalmente, pela experiência adquiridas para o nosso dia a dia em sala de aula foi muito bom ter conhecido e ter compartilhado os saberes com todos meu muito obrigado já mais esquecerei esse nosso convívio de sabedoria;
- Ao IFPB Campus Sousa meu muito obrigado por tudo que facilitou para o desenvolvimento desta pesquisa;
- Por fim e, em especial, aos alunos egressos do PRONERA do IFPB Campus Sousa por tornarem a pesquisa possível, respondendo aos questionários com todo esforço e boa vontade. Meus ex-alunos muito obrigado!

RESUMO

Nesse trabalho de pesquisa buscou analisar como vem se desenvolvendo a experiência do PRONERA dentro do IFPB-Campus Sousa, suas dimensões educativas mais significativas e os resultados dessa experiência tanto para o IFPB como para as famílias e os assentamentos envolvidos. A abordagem teórico-metodológica para realização dessa pesquisa situou-se numa perspectiva qualitativa. A prática do trabalho acadêmico pautou-se no levantamento e análise de documentos oficiais envolvendo as definições políticas da educação do campo; bibliografias relacionadas ao tema pesquisado e documentos das turmas concluintes do PRONERA no IFPB-Campus Sousa como para as famílias e os assentamentos envolvidos. O trabalho foi construído como um estudo de caso, realizado no IFPB Campus Sousa, envolvendo egressos dos assentamentos que fazem parte do programa. Para identificar e analisar os resultados alcançados dos alunos egressos do PRONERA utilizamos questionários acompanhados de observações participativas com o propósito de captar a influência da formação desses alunos na dinâmica dos seus assentamentos e, assim, dispor de mais elementos que justifiquem a exequibilidade da proposta institucional. A inclusão dos filhos dos assentados nos Cursos Técnicos em Agropecuária e Agroindústria, concomitante, subsequente e integrado ao Ensino Médio no IFPB Campus Sousa, cuja demanda vem crescendo a cada ano, está contribuindo na produção da sustentabilidade, uma vez que esses profissionais, oriundos do campo, podem apresentar maior sensibilidade para as questões dessa realidade. Nessa perspectiva, destacamos como resultados produzidos a curto, médio e longo prazo, o despertar do interesse dos jovens para continuidade dos estudos na medida em que muitos egressos do PRONERA estão dando continuidade aos seus estudos pela aprovação em concursos vestibulares em áreas afins ao curso técnico concluído. A elevação do nível de escolarização dos assentados, aumentando as possibilidades de envolvimento e desenvolvimento de suas comunidades facilitando, assim, a construção do projeto de desenvolvimento sustentável do campo. A conclusão dos estudos leva os alunos/alunas a ter maior compreensão das potencialidades e possibilidades do campo e um aumento qualitativo e quantitativo da renda familiar em decorrência do melhor aproveitamento – uso sustentável dos recursos naturais e uma maior contribuição na construção da proposta de convivência com o semi-árido na experiência de Criação Animal; produção agroecológica/agricultura orgânica através das hortas comunitárias agroecológica; apicultura; caprinocultura; Manejo de água na propriedade, construção de cisternas e outras formas de aproveitamento e armazenamento de água; gestão da produção através da comercialização da produção nas feiras comunitárias ou agroecológicas, criadas pelos próprios produtores. Isso é possível pela mudança na instância técnico-profissional do assentamento, através da maior contribuição dos alunos/alunas dos assentamentos com suas reflexões e intervenções a partir do saber científico obtido pelo conteúdo curricular da Escola.

PALAVRAS-CHAVE: Educação do Campo, ensino profissional, PRONERA

RESUMEN

En este trabajo de investigación se pretendió examinar cómo la experiencia se ha desarrollado dentro del PRONERA IFPB-Campus Sousa, sus aspectos educativos y los resultados más significativos de esta experiencia, tanto para IFPB como para las familias y los asentamientos involucrados. La base teórica y metodológica de este estudio se basó en una perspectiva cualitativa. La práctica del trabajo académico fue apoyada por un estudio y análisis de documentos oficiales involucrando definiciones políticas de la educación rural; bibliografías relacionadas con el tema investigado y los documentos de las clases del PRONERA IFPB-Campus de Sousa como para las familias y los asentamientos involucrados. La investigación se construye como un estudio de caso, llevado a cabo en el Campus IFPB Sousa, con la participación de egresos de los asentamientos que forman parte del programa. Para identificar y analizar los logros alcanzados de los estudiantes egresos del PRONERA utilizamos cuestionarios acompañados de observaciones participativas con el fin de captar la influencia de la formación de estos estudiantes en la dinámica de sus asentamientos, y por lo tanto disponer de más pruebas para justificar la ejecución de la propuesta institucional. La inclusión de los hijos de los asentados en los cursos de Formación Profesional en Agricultura y Agroindustria, concomitante, subsiguiente e integrado a la enseñanza media de IFPB Campus de Sousa, cuya demanda crece a cada año, está contribuyendo en la producción de la sostenibilidad, ya que estos profesionales, oriundos del campo, pueden tener una mayor sensibilidad a las cuestiones de esta realidad. En esta perspectiva, se destacan los resultados obtenidos en el corto, mediano y largo plazo, el crecimiento del interés de los jóvenes para la continuidad de los estudios en el que muchos de los egresos del PRONERA continúan sus estudios con la aprobación en concursos y pruebas de acceso a la universidad en áreas relacionadas con los cursos técnicos concluidos. La elevación del nivel educativo de los asentados, aumentando las posibilidades de participación y desarrollo de sus comunidades, facilitando así la construcción del proyecto de desarrollo sostenible del campo. La finalización de los estudios lleva los alumnos/alumnas a tener una mayor comprensión de las potencialidades y posibilidades del campo y un aumento cualitativo y cuantitativo de la renta familiar en consecuencia del mejor aprovechamiento - utilización sostenible de los recursos naturales y una mayor contribución en la construcción de una propuesta de convivencia con el semi-árido en la experiencia de Creación Animal; producción agroecológica/agricultura orgánica a través de huertas comunitarias agroecológica; apicultura, cría de cabras; Manejo de agua en la propiedad, construcción de cisternas y otras formas de aprovechamiento y almacenamiento de agua; gestión de producción a través de la comercialización de la producción en ferias comunitarias o agro-ecológicas, creadas por los propios productores. Esto es posible debido al cambio en la instancia técnico/profesional del asentamiento, a través de la mayor contribución de los alumnos / alumnas de los asentamientos con sus reflexiones e intervenciones a partir del saber científico obtenido a través de los contenidos curriculares de la escuela.

PALABRAS CLAVE: La educación rural, educación vocacional, PRONERA

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CEFET-PB – Centro Federal de Educação Tecnologia da Paraíba
CNE/CEB – Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Básica
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONSUNI – Conselho Superior Universitário
COOPEAFS – Cooperativa-Escola dos Alunos da Esc. Agrot. Federal de Sousa
CPT – Comissão Pastoral da Terra
EAFS – Escola Agrotécnica Federal de Sousa
EJA – Educação de Jovens e Adultos
ENERA – Encontro Nacional dos Educadores da Reforma Agrária
FME – Forum Mundial de Educação
IFPB – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEP – Instituto Nacional de Educação e Pesquisa
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDBEN-Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MA – Ministério da Agricultura
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEC – Ministério de Educação e Cultura
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PNE – Plano Nacional de Educação
PNERA - Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PPP – Projeto político-pedagógico
PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PROEP – Programa de Expansão da Educação Profissional
SEAMPO – Setor de Estudos e Assessoria a Movimentos Populares
SEAV – Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário
SISU – Sistema de Seleção Unificada
RESAB - Rede de Educação no Semi Árido Brasileiro
UnB – Universidade de Brasília
UFPB - Universidade Federal da Paraíba
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação
UNICEF - Fundo das Nações Unidas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. EDUCAÇÃO NO MEIO RURAL	17
2. PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA PRONERA E O IFPB-CAMPUS SOUSA	28
2.1 O PRONERA.....	28
2.2 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	32
2.3 DE ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SOUSA À INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA – CAMPUS SOUSA	33
2.4 RESPONSABILIDADE SOCIAL DO IFPB – CAMPUS SOUSA	42
3. O PRONERA NO IFPB CAMPUS SOUSA.....	45
3.1 O PROJETO PEDAGÓGICO DO PRONERA NO IFPB CAMPUS SOUSA.....	47
3.1.1 CURSOS OFERECIDOS	48
3.1.2 OBJETIVOS	49
3.1.3 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO	50
3.1.4 RELAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS ATENDIDOS NOS CONVÊNIOS PRONERA/IFPB CAMPUS SOUSA	50
3.2 PROPOSTA PEDAGÓGICA DOS CURSOS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO EM AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA	52
3.2.1 O TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NO PRONERA.....	61
3.2.2 EDUCAÇÃO DO CAMPO: ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PARALELAMENTE A EDUCAÇÃO FORMAL DO IFPB CAMPUS SOUSA	65
4. REPERCUSSÕES DO PRONERA PARA OS ALUNOS EGRESSOS E O IFPB CAMPUS SOUSA	72
4.1 PERFIL DOS EGRESSOS DO PRONERA.....	72
4.2 REPERCUSSÕES DO PRONERA PARA OS EGRESSOS.....	75
4.3 REPERCUSSÕES DO PRONERA NO IFPB CAMPUS SOUSA	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS	88

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	90
ANEXOS	97

INTRODUÇÃO

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP, 2003) divulgou alguns dados sobre a realidade da educação brasileira no campo, demonstrando as enormes desigualdades entre a população que habita essa zona e aquela que vive no meio urbano, tanto no que diz respeito à infra-estrutura quanto na qualidade do que lhe é oferecido em termos educacionais. Segundo a pesquisa, entre os habitantes da zona rural, 29,8% dos adultos podiam ser classificados como analfabetos, enquanto que no setor urbano esse número caía para 10,3%. Este estudo aponta ainda que, no campo, apenas 23% dos alunos de 10 a 14 anos estavam matriculados nas séries adequadas à sua idade, índice que chegava a 47% na cidade, o que pode servir de indicativo da inadequação do ensino e dos investimentos realizados no meio rural.

Ao longo da história da educação brasileira, e ainda nos dias de hoje, o reduzido investimento realizado na educação rural proporcionou condições precárias de escolarização. A escola do campo é, na maior parte das vezes, uma escola isolada, de difícil acesso, composta por uma única sala de aula e apenas um professor que ministra aulas para as quatro séries iniciais do ensino fundamental simultaneamente, sem supervisão pedagógica, seguindo um currículo que privilegia uma visão urbana da realidade. A má qualidade da educação produzida nessas condições reforça o imaginário social perverso segundo o qual a população do campo não precisa conhecer as letras ou possuir uma formação geral básica para desempenhar o trabalho na terra.

A educação do e no campo apresenta, em alguns casos, uma visão distorcida da realidade em relação ao seu conceito. Segundo Arroyo (2005) durante décadas nem sequer se falava da educação do campo, era a educação rural, a escolinha rural, professor rural. A realidade atual engloba assalariados rurais temporários, posseiros, meeiros, arrendatários, acampados, assentados, reassentados, atingidos por barragens, agricultores familiares, povos da floresta, indígenas, descendentes de negros provenientes de quilombos, pescadores ribeirinhos.

A educação no e do campo tem um vínculo de origem com as lutas sociais camponesas. Este vínculo lhe confere um traço de identidade importante. Busca

construir um outro olhar para a relação: campo e cidade vista dentro do princípio de igualdade social e diversidade cultural. Um movimento social por uma Educação do Campo ganhou contorno nacional tendo como alvo as políticas públicas. Destacam-se como sujeitos dessa prática social organizações e movimentos sociais populares do campo, e somam-se a estas pessoas de instituições públicas, como universidades, que fazem uso da estrutura do próprio Estado em favor de seus intentos e dos projetos políticos a que se associam.

Neste trabalho, pretendemos mostrar como o IFPB-Campus Sousa, instituição pública de ensino, abriu suas portas e aderiu ao movimento de educação do campo atendendo a uma demanda de jovens oriundos da reforma agrária através da formação geral e técnica.

Os motivos que levaram a escrever sobre essa experiência de educação do campo partiram, primeiramente, do interesse pelo tema, por ter participado de vários movimentos estudantis para garantir meu direito ao estudo consolidado com uma aprovação em concurso público e uma vaga de docente nessa instituição onde leciono na educação profissional; acreditar nos movimentos sociais do campo, acompanhar, como voluntária, alunos oriundos de assentamentos e, coordenar, desde 2008 uma turma do PRONERA no IFPB-Campus Sousa.

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), do governo federal, Ministério do Desenvolvimento agrário, tem sua criação resultante das reivindicações dos movimentos sociais do campo a partir do I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária - I ENERA, ocorrido em julho de 1997, na tentativa de ressignificar a educação dentro da perspectiva da realidade do campo.

O PRONERA é uma política pública de educação do campo, executada pelo Governo Federal para beneficiar as áreas de Reforma Agrária. Dessa forma, este programa vem se tornando um relevante instrumento de democratização do conhecimento no campo, já que propõe e apóia projetos de escolarização formal em todos os níveis de ensino. Dentre as modalidades de cursos oferecidos, temos a formação técnico-profissional para jovens assentados da reforma agrária cujo objetivo é capacitar jovens para ocupações necessárias ao desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

Os cursos destinados a alunos oriundos dos assentamentos da reforma agrária ocorrem a partir de parcerias firmadas entre os movimentos sociais, o INCRA e uma instituição universitária através de convênios firmados entre os parceiros.

O Instituto Federal de Educação da Paraíba-Campus Sousa (IFPB-Campus Sousa), antiga Escola Agrotécnica Federal de Sousa situada no distrito de São Gonçalo, circundada por assentamentos e acampamentos, já atendia jovens das áreas de reforma agrária na formação técnica de nível médio profissional de agropecuária e agroindústria. A partir de 2003, uma parceria entre a CPT/Sertão (Comissão Pastoral da Terra/Sertão) e o INCRA (Instituto de Colonização e Reforma Agrária), o PRONERA é efetivamente implementado no IFPB-Campus Sousa.

O projeto se distanciou da pedagogia da alternância pelo fato dos primeiros alunos, oriundos dos assentamentos circunvizinhos diariamente voltarem para suas comunidades e, isso, motivou a vinda dos demais. Outro fator desse distanciamento foi à dificuldade da implementação dessa pedagogia, já que nosso quadro docente e técnico, da ainda Escola Agrotécnica, ser insuficiente para atendermos turmas específicas no tempo escola e acompanhamento em tempo comunidade, além de problemas burocráticos para uso do financiamento proposto que impediam a formação e conclusão de turmas nos períodos letivos regulares, levando a evasão desses alunos, já diagnosticados pela equipe do projeto, nas demais instituições. A educação é um processo contínuo que não poderia ser estancado por problemas de execução financeira.

Não trabalhar com a pedagogia da alternância foi motivo de várias discussões e entendimentos entre os parceiros já que, a concepção do PRONERA trabalhava com essa metodologia. A Instituição entendia que, dada a distância mínima entre os assentamentos e a escola, os demandantes não perdiam o vínculo com suas comunidades, não se descaracterizavam e seriam contemplados com recursos, a fim de que pudessem estudar, conquistar uma habilitação técnica com capacidade de atuarem como agentes de desenvolvimento rural sustentável, visando à melhoria dos assentamentos.

A metodologia apresentada no projeto não pretende substituir o regime de alternância, mas se propõe a superar a distância entre teoria e prática, geralmente observada, nas práticas pedagógicas mais convencionais. Portanto,

através de atividades complementares aproximamos o aluno do seu campo de trabalho e imersão na realidade do assentamento gerando ações na perspectiva do desenvolvimento sustentável, da valorização da cultura local, das potencialidades do assentamento/comunidade e do conhecimento/saberes dos(as) camponeses(as). Ou seja, essas atividades não se encerram em si apenas como ações paralelas ou apêndice do currículo.

Com esse entendimento, começamos a executá-lo e, anualmente, realimentado pelos levantamentos da demanda realizada pelo movimento social (CPT/Sertão), o projeto se revigora. Atualmente a IFPB-Campus Sousa, celebra a efetivação de cinco convênios sendo três executados e dois em andamento. Com um programa pedagógico diferente dos demais, objetivamos descrever o funcionamento dessa experiência nacionalmente única no âmbito do PRONERA.

Nesse trabalho de pesquisa, pretendemos analisar como vem se desenvolvendo essa experiência dentro do IFPB-Campus Sousa, suas dimensões educativas mais significativas e os resultados dessa experiência tanto para o IFPB como para as famílias e os assentamentos envolvidos.

Para tanto definimos como objetivo geral relatar a experiência do PRONERA no IFPB-Campus Sousa e estudar os resultados ou repercussões desta experiência no IFPB Campus Sousa-PB e nos assentamentos. Como objetivos específicos destacamos:

- a) contextualizar o IFPB-Campus Sousa como entidade participante do esforço nacional assumido por vários segmentos políticos e civis no sentido de possibilitar ao homem e a mulher do campo o direito constitucional de acesso ao saber escolarizado;
- b) ressaltar o papel do IFPB-Campus Sousa como formadora de técnicos e difusora de tecnologias para o campo na perspectiva de desenvolvimento sustentável;
- c) relatar a execução do PRONERA no IFPB-Campus Sousa;
- d) identificar e analisar os resultados desta experiência para os jovens e seus assentamentos.

A abordagem teórico-metodológica para realização dessa pesquisa situou-se numa perspectiva qualitativa. A prática do trabalho acadêmico pautou-se no levantamento e análise de documentos oficiais envolvendo as definições políticas

da educação do campo; bibliografias relacionadas ao tema pesquisado e documentos das turmas concluintes do PRONERA no IFPB-Campus Sousa.

Para identificar e analisar os resultados alcançados dos alunos egressos do PRONERA, utilizamos o questionário estruturado aplicado nos assentamentos mais próximos do IFPB Campus Sousa, acompanhada de observações participativas com o propósito de captar a influência da formação desses alunos na dinâmica dos seus assentamentos e, assim, dispor de mais elementos que justifiquem a exequibilidade da proposta institucional.

O trabalho está organizado em capítulos onde, inicialmente, foi feita uma abordagem sobre a educação do campo da sua concepção inicial a atual e como ela está inserida no IFPB-Campus Sousa.

No segundo capítulo enfocamos a relação entre PRONERA e o IFPB – Campus Sousa, onde relatamos o momento histórico do PRONERA, suas lutas, suas conquistas e desafios pela Educação de qualidade do campo e como se deu a implantação do projeto PRONERA no IFPB- Campus Sousa.

O terceiro capítulo apresenta a experiência do PRONERA no IFPB Campus Sousa, enfocando a metodologia utilizada no projeto na formação técnica dos alunos oriundos de assentamentos rurais nas áreas de agropecuária e agroindústria.

No quarto capítulo analisamos a influência que teve na vida e na comunidade dos alunos egressos do PRONERA, principais atores desse processo.

1. EDUCAÇÃO NO MEIO RURAL

Apresentaremos nesse capítulo uma abordagem sobre a educação do campo da sua concepção inicial a atual e como ela está inserida no IFPB-Campus Sousa.

A educação do campo é concebida nos princípios da educação popular, enquanto um processo de constante reflexão-ação sobre a prática, pautada na idéia de educação como um diálogo entre educador e educando, em que “ninguém educa ninguém e ninguém se educa sozinho, os homens se educam em comunhão” como pensava Freire (1985). Nesta perspectiva a educação é concebida de maneira a gerar um impacto na qualidade de vida dos trabalhadores e trabalhadoras, como um instrumento para emancipação humana, possibilitando a transformação social tem como princípios norteadores:

- a) Luta social na construção de um outro projeto de sociedade;
- b) Prática social como fio condutor do processo educativo;
- c) Construção e organização coletiva do conhecimento;
- d) Trabalho como princípio educativo;
- e) Respeito e valorização a pessoa e aos seus saberes.

O cenário da educação do campo é composto por variadas e ricas experiências educativas implementadas fora do âmbito governamental promovida por associações civis e movimentos sociais que têm assumido o papel de combater o processo de exclusão da população rural. Dentre as mais expressivas, encontram-se as Casas Familiares Rurais e as Escolas Família Agrícola, o Movimento de Educação de Base, a Rede de Educação no Semi Árido Brasileiro (RESAB) e as experiências desenvolvidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que tem um Setor de Educação que incentiva os processos educativos no movimento e nos assentamentos. Essas iniciativas começaram a construir um novo olhar sobre as possibilidades que o espaço rural apresenta para a juventude e o conjunto da sociedade brasileira, rompendo a visão preconceituosa que desvaloriza o trabalho e a cultura do campo, o que pode contribuir para o êxodo rural.

Em julho de 1997, foi realizado em Brasília o I Encontro Nacional das Educadoras e Educadores de Reforma Agrária (ENERA), com a participação dos

movimentos sociais juntamente com o Grupo de Trabalho de Apoio à Reforma Agrária da Universidade de Brasília (UnB) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) onde concluíram ser “necessária uma articulação entre os trabalhos em desenvolvimento, bem como sua multiplicação, dada a grande demanda dos movimentos sociais por educação no meio rural” (MDA, 2001).

Como resultado das reivindicações dos movimentos foi lançado, então, em 1998, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), cujo objetivo é fortalecer o mundo rural como território de vida em todas as suas dimensões: econômicas, sociais, ambientais, políticas, culturais e éticas. Além desta proposição geral, o PRONERA tem, especificamente, os seguintes objetivos (MDA, 2001):

- Alfabetizar e oferecer uma formação e educação fundamental para jovens e adultos dos projetos de assentamentos da reforma agrária;
- Desenvolver a escolarização e formação de monitores para atuar na promoção da educação nos projetos de assentamento da reforma Agrária;
- Oferecer aos assentados a possibilidade de escolarização e de formação técnico-profissional, com ênfase em conhecimentos que contribuam para o desenvolvimento rural sustentável;
- Produzir e editar materiais didático-pedagógicos necessários à consecução dos objetivos do programa.

Embora não dedique uma seção particular à educação do campo, a Lei 10.172/2001 que instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE) apresenta uma preocupação com a formação técnica voltada para as questões da produção rural quando aborda no tópico referente à educação profissional (BRASIL, 2002).

Reorganizar a rede de escolas agrotécnicas, de forma a garantir que cumpram o papel de oferecer educação profissional específica e permanente para a população rural, levando em conta seu nível de escolarização e as peculiaridades e potencialidades da atividade agrícola na região.

O PNE apresenta como proposição voltada para a educação técnica dos agricultores:

Estabelecer junto às escolas agrotécnicas e em colaboração com o Ministério da Agricultura cursos básicos para agricultores, voltados para a melhoria do nível técnico e das práticas agrícolas e da preservação ambiental, dentro da perspectiva do desenvolvimento auto sustentável.

Há um consenso nacional que a formação para o trabalho exige hoje níveis cada vez mais altos de educação básica e geral, não podendo esta ficar reduzida à aprendizagem de algumas habilidades técnicas, o que não impede o oferecimento de cursos de curta duração voltados para a adaptação do trabalhador às oportunidades do mercado de trabalho, associados à promoção de níveis crescentes de escolarização regular. Finalmente, entende-se que a educação profissional não pode ser concebida apenas como uma modalidade de ensino médio, mas deve constituir educação continuada que perpassa toda a vida do trabalhador.

As metas do Plano Nacional de Educação estão voltadas para a implantação de uma nova educação profissional no País e para a integração das iniciativas. Têm como objetivo central generalizar as oportunidades de formação para o trabalho, de treinamentos, mencionando, de forma especial, o trabalhador rural. (BRASIL, 2001).

Devemos lembrar que os ideais de sustentabilidade e a segurança das condições de vida das futuras gerações, não são compatíveis com modelos que levam à exclusão social, à expulsão de massas da população rural, num verdadeiro processo de geração de pobreza, de violência, de iniquidade, de subdesenvolvimento, como ocorreu nas décadas do desenvolvimentismo. Os esquemas “modernizadores” da agricultura, sequer são adequados do ponto de vista da manutenção da base de recursos naturais que as futuras gerações vão necessitar para que possam assegurar condições dignas de vida. Trata-se, pois, da necessidade do estabelecimento de uma nova ética sócioambiental.

Esta “visão de mundo” deve levar à formulação de novos processos sócio-econômicos, que sejam produtivos mas, que não percam de vista as dimensões sociais e ambientais do desenvolvimento sustentável. Por isto mesmo, os cursos básicos oferecidos aos agricultores estabelecem a necessidade de adoção dos princípios da Agroecologia e suas bases epistemológicas, para o desenho de agroecossistemas sustentáveis e para o estabelecimento de

estratégias de desenvolvimento rural sustentável, que sejam opostas àquelas que foram implementadas ao longo do século passado.

Para alcançar esse objetivo é importante trabalhar esse agricultor através de um processo de intervenção de caráter educativo e transformador. Para Caporal (1998), o uso de metodologias de investigação-ação participante permitem o desenvolvimento de uma prática social mediante a qual os sujeitos do processo buscam a construção e sistematização de conhecimentos que os leve a incidir conscientemente sobre a realidade, com o objeto de alcançar um modelo de desenvolvimento socialmente equitativo e ambientalmente sustentável, adotando os princípios teóricos da Agroecologia como critério para o desenvolvimento e seleção das soluções mais adequadas e compatíveis com as condições específicas de cada agroecossistema e do cultural das pessoas implicadas em seu manejo (CAPORAL, 1998).

Segundo Miguel Arroyo (1999), a qualificação dos profissionais do ensino deve se colocar como um pré-requisito e uma precondição à implantação de mudanças na escola. Nesse sentido, quando pretendemos introduzir uma nova prática, nova metodologia, novo currículo ou uma nova forma de organização escolar, a primeira pergunta que ouvimos é: quem vai dar conta das inovações e como preparar, capacitar os professores para as novas tarefas?

Assim sendo, ainda segundo Arroyo (1999), o caráter antecedente de toda qualificação tem sido aceito como algo inquestionável, não apenas quando pensamos na formação de professores, mas também quando estes pensam na educação de seus alunos.

Na ideologia educacional liberal, sempre se pensou que o domínio da teoria deve preceder à prática, fazendo com que essa concepção de educação precedente polarize a vida em dois tempos: tempo de aprender e tempo de fazer, tempo de formação e tempo de ação. O MST tem insistido que a teoria e a prática, o pensar e o fazer, o trabalho intelectual e o manual devem trabalhar juntos, sem que um se sobreponha ao outro (ARROYO, 1999).

Se a tendência de separação entre teoria e prática tem se constituído um problema para a educação, tanto do setor urbano quanto do setor rural, outro grave problema tem sido a separação entre campo e cidade, lugar em esta dicotomia aparece de forma ainda mais grave, dado que no Brasil, a população rural raramente foi alvo de políticas públicas que lhe garantisse uma série de

direitos sociais, devido ao processo de urbanização brasileiro, que resultou em uma valorização da cidade, como espaço centralizador dos serviços públicos, enquanto o campo se manteve privado de tais direitos.

Segundo Florestan Fernandes (1981), historicamente, a economia nacional se submeteu à economia externa, resultando em um capitalismo dependente e subdesenvolvido. Essa relação se reflete no campo de modo que os rendimentos agrícolas são utilizados para acumular capital e financiar o desenvolvimento da economia urbana. A ênfase na economia urbana impõe seus interesses econômicos, padrões culturais e tradições ao campo, tornando as cidades centros de referência econômica e de serviços (FERNANDES, 1981).

No que se refere à educação, as consequências desta falta de atenção podem ser observadas nos dados apresentados pelo Censo Demográfico brasileiro de 2000 (www.ibge.gov.br), que afirmou a existência de cerca de 24 milhões de analfabetos no Brasil, ou seja, 16% da população brasileira não sabiam ler nem escrever. Desses, uma parcela bem representativa era constituída por pessoas oriundas do campo, cerca de 30% da população rural brasileira era analfabeta.

Para conhecer o panorama da educação rural no Brasil, em 2004, foi realizada a Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PNERA a partir de uma parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA/INCRA/PRONERA, com o Ministério da Educação-MEC/Instituto Nacional de Educação e Pesquisa-INEP, visando caracterizar a escolarização dos beneficiários da reforma agrária no Brasil (BRASIL, 2005).

A partir deste censo, pode-se perceber que uma parcela ínfima das escolas do campo pesquisadas, cerca de 3,5%, ofertava Educação Infantil e esta atendia apenas 0,1% da população estudada. Verificou-se que 84,1% das escolas estudadas disponibilizavam turmas de 1ª a 4ª série e apenas 26,9% das escolas recenseadas apresentavam turmas de 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental. Somente 4,3% das escolas que atendiam os assentamentos ofereciam Ensino Médio e 0,5% apresentava Ensino Profissionalizante e 0,1% oferecia Ensino Superior aos assentados.

Essas informações indicam que a Educação Básica, um direito de todos os cidadãos, não era devidamente oferecida à população rural, mesmo dentro dos assentamentos.

Em relação à Educação de Jovens e Adultos–EJA, o nível de Alfabetização estava disponível em apenas 7,8% das escolas pesquisadas; EJA de 1ª a 4ª série em 14,2%; EJA de 5ª a 8ª série em 6,2%; EJA de Ensino Médio era oferecido em apenas 0,9% das escolas estudadas. Dos 61,2% dos assentados que não freqüentavam escola, 27,1% nunca freqüentaram a escola e não sabiam ler, nem escrever; 4,9% nunca freqüentaram, mas foram alfabetizados; 5% haviam freqüentado a escola, porém eram analfabetos (BRASIL, 2005). Sendo assim, muitos dos trabalhadores rurais residentes em assentamentos que não tiveram a oportunidade de estudar quando eram mais jovens, continuavam excluídos desse direito, visto que a oferta de EJA e de cursos superiores para a população do campo era muito reduzida.

Ainda segundo este estudo (BRASIL, 2005), as condições das escolas do campo, que participaram da pesquisa, estavam muito aquém do desejável, visto que a maioria não possuía infra-estrutura básica e para se adaptar às poucas salas de aula, algumas das escolas pesquisadas ofereciam turmas multisseriadas. Além disso, grande parte de seus professores não apresentava experiência para o trabalho nestas escolas, o que, muitas vezes, contribuiu para que a especificidade da realidade rural não fosse contemplada na sala de aula.

A Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária- PNERA (BRASIL, 2005) demonstrou que a oferta de ensino no campo não atendia todos os níveis. Os que não tinham acesso a escola acabavam por estudar na cidade, tendo que se deslocar por grandes distâncias para chegar à escola, sem garantia de transporte público. E os pais que participaram da pesquisa afirmaram que isto dificultava a participação deles e da comunidade na gestão escolar, além de representar um risco para as crianças, uma vez que as estradas dos assentamentos costumam ser degradadas e perigosas.

Em relação à qualidade da educação que é ofertada para a população rural, alguns autores (ARROYO & FERNANDES, 1999; LEANDRO, 2002) apontam que os responsáveis pela criação, gestão e manutenção das escolas do campo tendem a acreditar que para executar o trabalho rural não é preciso muita instrução, assim estas escolas costumam oferecer o estritamente necessário para que tal população desempenhe as funções mecânicas da atividade agrícola. Contudo, o conceito de educação defendido por Arroyo e Fernandes (1999)

pressupõe como um direito social e por se tratar de um direito de qualquer cidadão, ela deve fornecer meios para que o trabalhador se forme como um ser humano completo, em toda a sua diversidade e complexidade.

Assim, segundo Di Pierro (2006), esta educação desarticulada da realidade rural costuma aumentar os índices de evasão escolar dessa população, diminuindo o nível de escolaridade dos trabalhadores rurais.

Leandro (2002) e Ribeiro (2001) afirmam que o investimento na formação do sujeito do campo é imprescindível para a efetivação da reforma agrária no Brasil. Nesse sentido, os movimentos sociais de luta da terra, defendem que o acesso ao conhecimento é tão importante quanto o acesso a terra no processo de inclusão social dos assentados da reforma agrária (CALDART, 2004). Sendo assim, para que os projetos de assentamentos sejam promissores é essencial que haja uma educação de qualidade no campo (LEANDRO, 2002; RIBEIRO, 2001).

De acordo com Dallari (2005), as ações que visam à escolarização dos assentados dependem quase que exclusivamente, das políticas públicas. Neste sentido, é importante que o Estado invista na educação destinada a essa população como forma de reparar essa dívida histórica com o campo.

Alguns autores (REZENDE & SCOPINHO, 2007; LEANDRO, 2002; RIBEIRO, 2001) afirmam que os beneficiários da reforma agrária no Brasil não têm uma educação de qualidade. É ainda predominante a concepção de que o campo é o lugar prosaico do atraso, onde vivem os "jecas tatu", um espaço territorial inferior e desprovido da modernidade atribuída à cidade, como se houvesse um movimento inevitável de urbanização que se sobrepõe a um espaço que está morrendo, um lugar sem futuro. A esta visão estigmatizadora do campo corresponde uma oferta de educação compensatória, de baixa qualidade, veiculada em qualquer estrutura física, com professores sem qualificação.

Por isso, os movimentos sociais do campo reivindicam uma educação que respeite as especificidades rurais no processo educativo e, embasado no que é garantido na LDBEN 9.394/96 (BRASIL, 1996) no seu Artigo 28 sobre a oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especificamente:

- I. conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II. organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III. adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Esta posição, referendada por Arroyo e Fernandes (1999), Kolling, Nery e Molina (1999), Benjamin e Caldart (2001), assegura que uma educação que atenda a demanda da população é fundamental para o desenvolvimento e fortalecimento de tais comunidades.

Visando transformar o quadro da educação oferecida para os trabalhadores rurais, os movimentos sociais do campo, em conjunto com estudiosos na área de educação rural e entidades que discutem o tema, defendem uma educação do campo. Esta concepção afirma que a educação dos moradores da área rural deve ser construída pelos próprios sujeitos do campo, contrapondo-se às teorias de educação rural, que podem ser definidas como uma adaptação da proposta de educação urbana à realidade do campo (CALDART, 2004; LEANDRO, 2002; BENJAMIN & CALDART, 2001; RIBEIRO, 2001; KOOLING, et. al., 1999). Neste contexto, luta-se para que o trabalhador rural, historicamente excluído do acesso aos processos educacionais, aproprie-se dos instrumentos e defina as características da educação oferecida a ele.

É nesse sentido que Fernandes (2002) ressalta a expressão "campo" em substituição ao "rural", concebendo-o como "um espaço social com vida, identidade cultural própria e práticas compartilhadas por aqueles que a vivem", e não mais como um espaço territorial, demarcador de área. Da mesma forma, Martins (2003) chama a atenção para se pensar o homem do campo para além da reduzida categoria "trabalhador rural", concebendo-o como um agente dinâmico do processo social e cultural. No campo estão os agricultores, extrativistas, ribeirinhos, pescadores, indígenas, quilombolas, posseiros, arrendatários, bóias-frias, fazendeiros, cada grupo social com sua especificidade cultural e suas necessidades humanas e sociais, com sua dinâmica própria de desenvolvimento.

Rocha (2007), em pesquisa de campo destaca os que os professores e lideranças do PRONERA entendem por educação do campo:

É uma educação específica para o campo, que veio pro campo e que seja realizada no campo mesmo, é isso que a gente visa (...) É algo que é necessário já que tá na lei federal, na LDB. (Professor e liderança do MST);

É aquela educação que parte do próprio sujeito do campo (...) é a possibilidade de que a pessoa possa ver a condição social em que ele vive pra interferir depois nessa realidade em que ele está vivendo (Liderança)

É uma educação voltada para a realidade do campo, visando destruir todas as bases elitista e conservadora que existem em relação à estrutura nacional, que quebra a dicotomia em relação ao campo/cidade e que trabalha o campo dentro das suas potencialidades política e pedagógica, enfatizando a questão produtiva. (Professor e liderança).

Segundo Neto (2005), o MST quer assegurar o direito à educação básica e à construção de uma escola, de uma pedagogia, de metodologias e de práticas educativas adequadas à realidade do meio rural e dos assentamentos. Para tanto, defendem que as escolas dos assentamentos devam ser escolas públicas e de qualidade e contar com alguns princípios filosóficos, dos quais destacamos os seguintes:

- I. educação para a transformação social;
- II. educação aberta para o mundo, aberta para o novo;
- III. educação para o trabalho e a cooperação;
- IV. educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana

Para o MST, esses princípios filosóficos dizem respeito à sua concepção de mundo, em relação à pessoa humana, à sociedade e aos que entendem o que seja educação. A esses princípios filosóficos devem ser acrescentados alguns princípios pedagógicos destacamos por Neto (2005):

- I. relação permanente entre teoria e prática;
- II. realidade como base da produção do conhecimento;
- III. conteúdos formativos socialmente úteis: Educação para o trabalho e pelo trabalho;
- IV. vínculo orgânico entre processos educativos e processos políticos;
- V. vínculo orgânico entre processos educativos e processos produtivos;
- VI. gestão democrática;
- VII. auto-organização dos estudantes;

- VIII. criação de coletivos pedagógicos e formação permanente dos educadores;
- IX. combinação entre processos pedagógicos coletivos e individuais

A luta pela qualificação do trabalhador rural constitui uma demanda decorrente dos movimentos, devido ao fato que o acesso aos conhecimentos técnicos e tecnológicos torna-se, quase que, exclusivo das classes dominantes (Kuenzer, 1986). E as tentativas de transmissão desse saber tendem a fracassar, visto que, geralmente, apresentam um caráter marcadamente tecnicista cuja participação, conhecimento e contribuições do trabalhador do campo são desconsiderados (SCOPINHO & MARTINS, 2007; MAÇOLLA-MOREIRA & ARAÚJO, 2003; LEANDRO, 2002; SILIPRANDI, 2002).

A formação profissional costuma ter como referência o urbano, em detrimento do rural (FERNANDES, 1981) e, conseqüentemente, os profissionais que atuam no campo, em geral, não são capacitados para lidar com as especificidades rurais. Segundo Leandro (2002), é imprescindível que os sujeitos do campo tenham acesso a uma educação de qualidade, visto que esta é uma condição para que os projetos de assentamento sejam promissores. Nesse sentido, a formação do educador do campo é uma preocupação constante dos movimentos sociais do campo, devido à importância que o professor representa nestas escolas, uma vez que ele é uma referência para os estudantes e para a comunidade.

No entanto, tais profissionais, mesmo os que trabalham na área rural, costumam ter uma formação urbanocêntrica e, muitas vezes, não conhecem, respeitam ou valorizam a cultura camponesa. Assim, os movimentos sociais do campo, conjuntamente com intelectuais da área da educação, defendem uma educação do campo baseada em realidades concretas. (BENJAMIN & CALDART, 2001; ARROYO & FERNANDES, 1999; KOLLING, et al., 1999).

A educação popular realizada no âmbito dos movimentos sociais populares leva em consideração princípios filosóficos, sociológicos e culturais como a origem das classes populares, suas visões de mundo resultado de experiências vividas e relações sociais baseadas em solidariedade, igualdade, participação, emancipação com o objetivo de formar sujeitos autônomos e livres. Essa concepção de educação libertadora é inspirada na pedagogia do oprimido (FREIRE, 1987), com currículos adequados à realidade da população do campo.

A parceria é a premissa básica para a realização das ações do PRONERA. Os principais parceiros são: os movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais, as instituições públicas de ensino, as instituições comunitárias de ensino sem fins lucrativos e o INCRA.

O Manual do PRONERA de 2004 (BRASIL, 2009), estabelece as atribuições de cada um dos parceiros principais. Estabelece ainda que os projetos desenvolvidos no âmbito do PRONERA deverão ser coordenados por um professor da instituição de ensino superior que se responsabilizará pela formulação, implementação, acompanhamento e controle técnico-operacional do projeto.

Para implantação da educação do campo no IFPB Campus Sousa, muitas dificuldades foram enfrentadas pelo grupo de educadores da instituição e o movimento social (CPT) na forma de execução do projeto. Para Beltrame (2004), o caráter educativo das ações desenvolvidas pela universidade tem diferenças das mesmas ações, na leitura dos movimentos sociais, entre outras questões.

A universidade tem uma visão estritamente técnica da educação sem a inclusão da subjetividade, da afetividade, da formação de valores. Esses fatores, de entrave a consolidação do projeto, foram discutidos e amenizados através de uma complementação da educação formal a ser trabalhada pelo movimento social, parceira do IFPB, considerando a visão de comunidade, convivência e respeito as adversidades e desenvolvimento sustentável do campo que foi incorporada ao projeto pedagógico dos cursos técnicos oferecidos ao convênio.

Em contrapartida, oferecemos capacitação técnica especializada aos jovens assentados, voltados à agricultura familiar camponesa, numa perspectiva de organização e agroecologicamente sustentável para o semiárido. Consideramos que aprendemos juntos e que parte significativa dos resultados alcançados pelo PRONERA no IFPB Campus Sousa foi consequência desse aprendizado.

Molina (2004), relata que a educação do campo, construída por diversos grupos sociais e universidades, rompem com o paradigma rural cuja referência é a do produtivismo, ou seja, o campo como lugar da produção de mercadorias e não como espaço de vida, o lugar da dialetização da cultura, do saber e da formação de identidades.

2. PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA– PRONERA E O IFPB – Campus Sousa

Neste capítulo enfocaremos a relação entre PRONERA e o IFPB – Campus Sousa, onde relatamos o momento histórico do PRONERA, suas lutas, suas conquistas e desafios pela Educação de qualidade do campo e como se deu a implantação do projeto PRONERA no IFPB- Campus Sousa.

2.1.O PRONERA

O Programa faz parte de uma série de ações governamentais criadas na década de 90, voltadas para a agricultura familiar. Em 1997, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) reuniu-se em Brasília, no I Encontro Nacional das Educadoras e Educadores de Reforma Agrária (ENERA), juntamente com o Grupo de Trabalho de Apoio à Reforma Agrária da Universidade de Brasília (UnB) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Durante o encontro, seus participantes avaliaram que era necessária uma mobilização para que as demandas educacionais dos movimentos sociais do campo fossem atendidas (BRASIL, 2004).

Assim, em 02 de outubro do mesmo ano, professores da Universidade Federal de Brasília - UnB, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UniSinos), Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí), Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho (Unesp), se reuniram para discutir projetos que promovessem educação nos assentamentos de reforma agrária (BRASIL, 2004).

A partir destas articulações, no dia 16 de abril de 1998 foi criado o PRONERA, inicialmente vinculado ao Ministério Extraordinário de Política Fundiária. Em 2001, o programa passou a ser vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e, só foi possível, graças às lutas e mobilizações dos movimentos sociais que atuam no campo, que demandavam ações com o propósito de mudar o quadro em que a educação rural se encontrava. Neste

sentido, tais movimentos sociais assumiram uma postura de protagonistas na realização e desenvolvimento das ações do PRONERA (BRASIL, 2004).

De acordo com a definição do próprio programa, descrita em seu Manual de Operações (BRASIL, 2004), “O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária–PRONERA é uma política pública de educação envolvendo trabalhadores(as) das áreas de Reforma Agrária”, que articula diferentes esferas de governo e movimentos sociais, “para a qualificação educacional dos assentados da Reforma Agrária.”

O programa tem como objetivo geral o fortalecimento da educação nas áreas de Reforma Agrária, de modo a promover projetos educacionais orientados por metodologias que respeitam a especificidade do rural brasileiro, a fim de garantir o desenvolvimento sustentável do campo (BRASIL, 2004). E seus objetivos específicos são referentes à garantia de alfabetização e escolarização fundamental de acampados e assentados, da escolaridade e da formação de educadores do campo, bem como promover a escolarização profissional de nível técnico e superior para assentados, além de fornecer os materiais didático-pedagógicos necessários à execução dos projetos e contribuir nos fóruns de discussão que debatem a educação do campo (BRASIL, 2004).

A modalidade prioritária do PRONERA é a Educação de Jovens e Adultos (EJA), que compreende o processo de alfabetização dos assentados e a elevação de escolaridade dos monitores que recebem capacitação pedagógica para atuarem como agentes multiplicadores da escolarização nos assentamentos. Além desta modalidade, o PRONERA compreende ações de formação continuada de educadores e a formação técnico-profissional para a produção agropecuária e a gestão do empreendimento rural, a saúde e comunicação.

O PRONERA funciona a partir de quatro princípios político-pedagógicos: a inclusão, a participação, a interação e a multiplicação. O princípio da inclusão visa garantir a construção dos direitos de cidadania a todos os jovens e adultos que vivem nas áreas de Reforma Agrária. O princípio da participação pretende assegurar a participação nas decisões em todos os processos de elaboração e execução nos projetos de assentamento. A interação é pensada no sentido de desenvolver parcerias entre órgãos governamentais, instituições públicas e instituições comunitárias sem fins lucrativos, a exemplo das associações de assentados. Por fim, com o princípio da multiplicação o PRONERA visa ampliar o

número de pessoas alfabetizadas e o número de educadores nas áreas de assentamentos (BRASIL 2004).

O programa apóia projetos em todos os níveis de ensino:

- I. **Educação de jovens e adultos (EJA):** desenvolve-se por meio da alfabetização e continuidade dos estudos escolares nos ensinos fundamental e médio. Os projetos contêm três ações básicas: alfabetizar e escolarizar jovens e adultos nos dois segmentos do ensino fundamental; capacitar pedagogicamente e escolarizar educadores no ensino fundamental para que venham a atuar como agentes multiplicadores nas áreas de reforma agrária; formar e escolarizar os coordenadores locais para atuarem como agentes sociais multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias.
- II. **Ensino Médio e Técnico Profissionalizante:** Destina-se à formação de professores no curso Normal e à formação de Técnicos Jovens e Adultos nas áreas de reforma agrária. Com isso, objetiva formar nos assentamentos profissionais capazes de contribuir para a melhoria das condições de vida das comunidades e promoção do desenvolvimento das áreas de reforma agrária.
- III. **Ensino Superior:** Destina-se ao cumprimento da garantia de formação profissional, mediante cursos de graduação ou pós-graduação, em diversas áreas do conhecimento que qualifiquem as ações dos sujeitos que vivem e/ou trabalham para a promoção do desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Promovem o diálogo e a pesquisa científica entre as comunidades e as universidades, desenvolvendo metodologias apropriadas para as diversidades territoriais.

A população participante do PRONERA é composta por jovens e adultos assentados em projetos do INCRA ou órgãos estaduais reconhecidos por ele (BRASIL, 2004). Devido às especificidades do público-alvo do programa, os cursos devem partir das situações vivenciadas pelos educandos, organizados a partir da Pedagogia da Alternância. Esta metodologia de trabalho é constituída por dois momentos: o Tempo Escola e o Tempo Comunidade.

O Tempo Escola concentra as aulas e atividades presenciais na qual toda a turma é reunida e se organiza para a sua formação político-pedagógica. O Tempo Comunidade é o período em que o educando retorna ao seu assentamento e desenvolve atividade de pesquisa, estágio ou intervenção, a fim de buscar elementos da sua realidade para a compreensão da teoria apresentada nas aulas. Nesse sentido, há uma possibilidade efetiva de diálogo entre teoria e prática, uma vez que a realidade vivenciada pelos educandos reúne subsídios concretos para o entendimento da teoria e o aprendizado teórico pode ser aplicado na vivência dos assentados (BRASIL, 2004).

A Pedagogia da Alternância é uma proposta diferenciada e alternativa que se constitui no universo pedagógico como sendo uma pedagogia da resistência cultural em relação à forte hegemonia neoliberal presente na educação brasileira, principalmente, a partir da década de 90 em diante (GODINHO, 2010).

Ainda segundo (GODINHO, 2010) a alternância significa o processo de ensino-aprendizagem que acontece em espaços e territórios diferenciados e alternados. O primeiro é o espaço familiar e a comunidade de origem (realidade); em segundo, a escola onde o educando/a partilha os diversos saberes que possui com os outros atores/as e reflete-se sobre eles em bases científicas (reflexão); e, por fim, retorna-se a família e a comunidade a fim de continuar a práxis (prática + teoria) seja na comunidade, na propriedade (atividades de técnicas agrícolas) ou na inserção em determinados movimentos sociais.

A gestão dos projetos é partilhada entre representantes do INCRA/ PRONERA, militantes dos movimentos sociais e professores das escolas ou universidades públicas ou comunitárias conveniadas que, conjuntamente, participam na elaboração e implementação das propostas de projetos educacionais. A gestão tripartite garante que os sujeitos do campo sejam respeitados na construção de sua própria educação através do reconhecimento da importância que uma educação de qualidade é essencial para efetivação da reforma agrária (BRASIL, 2004).

Este processo pode ajudar às escolas ou universidades a instituir parte de seu caráter público à medida que segmentos da classe trabalhadora participam da discussão e formulação dos cursos, compartilhando a responsabilidade na indicação de professores e gestão dos cursos e dos recursos a estes destinados. Neste sentido, podemos dizer que o caráter público, não necessariamente estatal

da educação começa a aparecer, dado que o público começa a educar o Estado e não ser apenas educado por ele.

2.2- Educação profissional

As Diretrizes Curriculares para a Educação Profissional de Nível Médio regem-se por um conjunto de princípios. Em primeiro lugar por princípios explicitados na Constituição Federal, de igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, a liberdade de aprender e ensinar e a valorização dos profissionais da educação. Outros princípios que definem a identidade e especificidade da educação profissional se referem a:

- I. desenvolvimento de competências para a laborabilidade;
- II. flexibilidade; interdisciplinaridade e contextualização na organização curricular;
- III. identidade dos perfis profissionais de conclusão; atualização permanente dos cursos e seus currículos e autonomia da escola em seu projeto pedagógico

Dentre esses princípios destacamos o de competências para a laborabilidade ou empregabilidade, que pressupõe desenvolver competência profissional, aqui entendida como:

“a capacidade de mobilizar, articular e colocar em ação valores, conhecimentos e habilidades, visando o desempenho eficiente e eficaz de atividades ligadas ao mundo do trabalho” (Art. 6º da Resolução CNE/CEB nº 04/99).

A educação profissional deve ser organizada de forma que possibilite ao aluno desenvolver as três dimensões do saber: **saber fazer, saber por que fazer daquela forma e saber ser**. Para isso, é necessário que os currículos abordem novos conteúdos, dentre os quais devem estar incluídas as novas formas de organização do trabalho, criem condições para a incorporação de conhecimentos em situação prática e lancem mão de metodologias que estimulem os alunos a mobilizar os conhecimentos para resolver problemas, tomar decisões e agir criativamente, respeitando as regras de convivência democrática.

Segundo a legislação brasileira, há três níveis de educação profissional:

- a) **Nível básico:** Voltado para pessoas de qualquer nível de instrução e que pode ser realizado por qualquer instituição de ensino.
- b) **Nível técnico:** Voltado para estudantes de Ensino Médio ou pessoas que já possuam este nível de instrução. Pode ser realizado por qualquer instituição de ensino com autorização prévia das secretarias estaduais de educação. Há a opção de se fazer esses cursos integrados com o ensino médio ou separados, a partir do término do 2º ano do ensino médio.
- c) **Nível tecnológico:** Realizado apenas por instituição de ensino superior (faculdades ou universidades). Pode ser realizado como graduação ou pós-graduação.

2.3. De Escola Agrotécnica Federal de Sousa à Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba-Campus Sousa

O ensino agrícola de grau elementar e médio foi institucionalizado no país pela Lei Orgânica do Ensino Agrícola – Decreto Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946. O sousense, engenheiro civil, Carlos Pires de Sá, teve a fértil idéia de conseguir junto à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário – SEAV, órgão vinculado ao Ministério da Agricultura – MA, a instalação do Curso de Magistério e Extensão em Economia Rural Doméstica, em Sousa, através da Portaria Nº 552, de 04 de junho de 1955. O curso foi instalado em 09 de agosto de 1955, com o objetivo de formar professoras rurais. Oferecia uma matriz curricular de conhecimentos técnicos, culturais e sócio-econômicos, com duração de dois anos, conferindo ao final diploma registrado no SEAV. (PDI/2009)

Através do Decreto nº 52.666, de 11 de outubro de 1963, o estabelecimento passou a ministrar o Curso Técnico em Economia Doméstica em nível de 2º Grau. A denominação de Escola Agrotécnica Federal de Sousa foi estabelecida pelo Decreto nº 83.935, de 4 de setembro de 1979 e teve declarada a sua regularidade de estudos pela Portaria nº 085, de 7 de outubro de 1980, da Secretaria de Ensino de 1º 2º Graus do Ministério da Educação e do Desporto, publicada no D.O.U. de 10 de outubro de 1980 (PDI/2009).

Mediante a Portaria COAGRI nº 46, de 24 de novembro de 1982, foi implantada a habilitação de Técnico em Agricultura com ênfase na irrigação. A portaria nº 170 de 15 de março de 1985 substituiu a habilitação de Técnico em Agricultura por Técnico em Agropecuária. Foi transformada em Autarquia pela Lei nº 8.713, de 16 de novembro de 1993.

No ano de 1995, a EAFS promoveu em parceria com a Assembléia Legislativa da Paraíba, um Seminário para discutir as Várzeas de Sousa (FIGURA 1), como é conhecida uma vasta extensão de terras próximas à Escola Agrotécnica Federal, formada por solos profundos de topografia plana, sujeitos à elevada insolação, baixa umidade atmosférica e ausência de fortes ventos. Foi pensando em aproveitar esse imenso potencial para consolidar as atividades de fruticultura e agroindústria nas Várzeas de Sousa que o Governo do Estado da Paraíba, com o apoio do Governo Federal, resolveu construir obras de infraestrutura hídrica destinadas a levar água do açude do complexo Coremas/Mãe D'água, através de canais, túneis e sifões, numa extensão de 37 km, até as várzeas de Sousa. Esta obra foi batizada de Canal da Redenção, que com uma vazão transposta de 4.000 litros por segundo, é suficiente para irrigar até 5.000 ha na região polarizada pelo município de Sousa, fotos abaixo: (Fonte: site do Ministério da Integração Nacional, 2005).



FIGURA 1. Canal de irrigação Várzeas de Sousa-PB
Fonte: PDI-2009

A EAFS sediou, em novembro de 1997, a instalação do Pólo de Desenvolvimento Integrado do Alto Piranhas (FIGURA 2), que abrange 12 municípios (FIGURA 3) localizados no semi-árido da Paraíba, região esta, que ocupa uma área de 359.100 ha, com solos em geral de boa fertilidade, a maioria aluviões, vertissolos e suas variações.



FIGURA 2. Mapa do Pólo de Desenvolvimento Integrado do Alto Piranhas
Fonte: PDI-2009

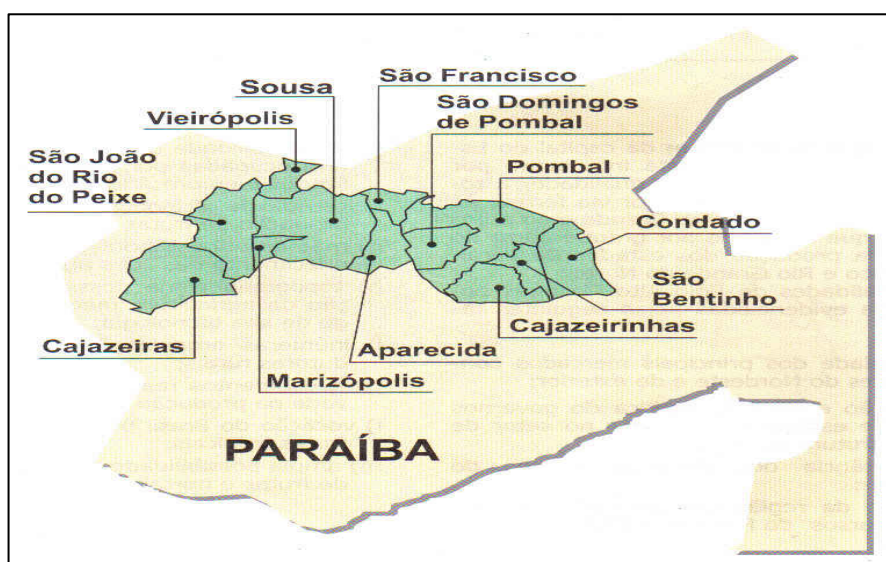


FIGURA 3. Cidades que fazem parte do Pólo de Desenvolvimento do Alto Piranhas.
Fonte: Publicação do Banco do Nordeste do Brasil, 1999

Em consonância com as políticas do Governo Federal de expansão da Educação Profissional e da Educação Superior, a Escola foi contemplada com a aprovação de seu projeto junto ao Programa de Expansão da Educação Profissional-PROEP e iniciou, no ano de 2005, uma ampla melhoria de suas instalações físicas, com a construção de um bloco pedagógico, uma moderna

biblioteca, um complexo agroindustrial e um abatedouro, com a previsão de compras de equipamentos e capacitação de seu material humano.

Sintonizada com as mudanças que ocorreram no mundo no final do século passado, a formação da educação profissional vem se consolidando na EAFS com a oferta de cursos técnicos em concomitância interna e ou externa com o Ensino Médio, voltado para a cidadania, para a adequada abordagem da ciência e tecnologia e para o desenvolvimento sustentável.

Desde 2002, o IFPB-Campus Sousa promove a Semana do Pensamento Social (FIGURA 4). O projeto consiste em mobilizar, internamente, a escola para refletir sobre temas sociais mais evidentes e que reclamam soluções nos contextos globalizados. Como efeito, durante uma semana, a comunidade escolar propõe reflexões, com o fim exclusivo de formar o pensamento crítico, sem querer fechar questão com os temas apresentados, deixando, no entanto, a sociedade externa e interna – à medida que esta participe – com as sementes destas reflexões (através de documentos, atos, manifestações etc.) como colaboração da escola para uma prática social mais solidária. No período de realização – a última semana de março de cada ano – a escola aborda um tema escolhido, que é dividido em sub-temas, em torno do qual são levados alunos, professores, técnicos que participem, bem como a sociedade de um modo geral à reflexão e discussão. Sendo assim, constitui a referida iniciativa um esforço concentrado, com foco no aluno, nosso sujeito social, a fim de torná-lo cada vez mais cidadão apto a apresentar à sociedade soluções para o contexto no qual vive inserido, e, por outro lado, uma oportunidade da sociedade sousesense e região colocarem em pauta os temas que mais a afligem.



FIGURA 4. Semana do pensamento Social. CIDADANIA É.....
Fonte: Arquivos EAFS-PB/2009

Sempre no mês de outubro, o IFPB-Campus Sousa realiza há 13 anos sua Semana Tecnológica e Empreendedora (FIGURA 5). Nesta são ministrados cursos, palestras, oficinas, amostras e discussão dos mais diferentes temas, contando com a participação tanto dos discentes da escola como de outras instituições, inclusive de nível superior, além de produtores, criadores, técnicos e pessoas da comunidade.

Em 2003, foi institucionalizadas a Semana de Arte e Cultura da EAFS. Evento que ocorre sempre no segundo semestre de cada ano, e se constitui num importante instrumento de humanização de nosso alunado. São produzidos recitais, peças de teatro, música e ensaios de importantes escritores da literatura universal e brasileira. A cultura também forma o ser humano e dá as referências para o modo de educá-lo; são os processos culturais que ao mesmo tempo expressam e garantem a própria ação educativa do trabalho, das relações sociais, das lutas sociais.

A educação é uma dimensão da cultura, que a cultura é uma dimensão do processo histórico, e que processos pedagógicos são constituídos a partir de uma cultura e participam de sua reprodução e transformação simultaneamente.



FIGURA 5. Semana Tecnológica e Empreendedora da EAFS-PB
Fonte: Arquivos EAFS-PB/2009

Em dezembro de 2008, a EAFS se uniu ao CEFET-PB para formar o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), LEI nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, passando a se chamar Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba-Campus Sousa .

O IFPB é uma instituição vinculada ao Ministério da Educação, possuindo natureza jurídica de autarquia, sendo detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. No seu Art. 3º. O Instituto Federal da Paraíba, em sua atuação, observa os seguintes princípios norteadores:

- I. compromisso com a prática da justiça social, equidade, cidadania, ética, conservação e preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática;
- II. verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão;

- III. eficácia nas respostas de formação profissional, difusão do conhecimento humanístico, científico e tecnológico e suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais;
- IV. compromisso com a educação inclusiva e emancipatória, em especial de pessoas com necessidades educacionais e deficiências específicas;
- V. natureza laica, pública e gratuita do ensino, sob a responsabilidade da União;
- VI. respeito à ética e à diversidade étnica, cultural e biológica;
- VII. pluralismo de pensamento;
- VIII. indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- IX. flexibilidade de métodos, critérios e procedimentos de ensino;
- X. excelência educacional; e
- XI. defesa dos direitos humanos.

De posse desses princípios norteadores e em conformidade com a LDB que a garantia ao respeito à diversidade do campo, nos seus aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia; a autonomia institucional para elaboração das propostas pedagógicas das escolas do campo, sempre que orientadas para o desenvolvimento sustentável e desde que respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais; a flexibilização da organização do calendário escolar, o desenvolvimento das atividades em diferentes espaços pedagógicos; a gestão democrática das escolas, estimulando a autogestão, a autonomia e o fortalecimento da organização de conselhos que implementem um programa de desenvolvimento para a população do campo e, colocando, sob responsabilidade da União o atendimento escolar nas comunidades rurais.

O IFPB deve assumir a responsabilidade no atendimento das comunidades rurais nas diversas áreas de demandas dessa população. Logo, o PRONERA no IFPB Campus Sousa representa a consolidação de um compromisso assumido pelas esferas educacionais e deve aumentar sua área de atendimento para os cursos superiores, com projetos pedagógicos que atendam as necessidades da realidade do campo.

A escola tem papel fundamental na mudança de paradigma social que se busca construir, que ela por si só não concretiza o desenvolvimento, mas sem ela

esse desenvolvimento não se constitui de forma sustentável na educação do campo.

Dentro desse contexto, e se transformando em instituição de ensino superior, o campus Sousa, além de oferecer os cursos técnicos de nível médio, passa a oferecer cursos de graduação e pós-graduação como relatado no Estatuto do IFPB (2009).

Art. 5º O Instituto Federal da Paraíba tem os seguintes objetivos:

VI. Ministrando em nível de educação superior:

- a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
- b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
- c) cursos de bacharelado e de engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
- d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento;
- e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas ao processo de geração e inovação tecnológica.

Atualmente, o IFPB-Campus Sousa, oferece os cursos técnicos em Agropecuária e Agroindústria nas modalidades concomitante, subsequente e Integrado ao ensino médio; curso técnico em Informática na modalidade subsequente, educação de jovens e adultos PROEJA Agroindústria e cursos superiores de Tecnologia em Agroecologia, Alimentos, Licenciatura em Química e Medicina Veterinária.

O IFPB-Campus Sousa dispõe de uma infra-estrutura composta por três ambientes distintos, ou seja:

- Sousa: Unidade Sede

- São Gonçalo: Fazenda Escola
- Área rural de Sousa: Lote no Perímetro Irrigado Várzeas de Sousa
- Unidade descentralizada de Aparecida-PB



Unidade Descentralizada de Aparecida-PB



Unidade Sede-PB



Escola Fazenda Unidade São Gonçalo-PB



Tanques de Piscicultura da Escola Fazenda/unidade São Gonçalo



Área para produção de orgânicos/unidade Várzeas de Sousa



FIGURA 6. Estrutura Física do IFPB Campus Sousa-PB
Fonte: Arquivo IFPB/2010

2.4. Responsabilidade Social do IFPB-Campus Sousa

Um dos componentes da função social do IFPB Campus Sousa é o pleno desenvolvimento dos seus alunos, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho dentro do contexto da Educação Profissional e Tecnológica, ofertada com qualidade, preparando-o para ser um agente transformador da realidade de seu município, estado, região e país, visando à gradativa eliminação das dificuldades sociais dentro de um contexto de desenvolvimento sustentável, tendo como missão:

Formar profissionais-cidadãos com sólida formação ética e humanista, conscientes de que devem promover uma agropecuária sustentável e através do ensino, da pesquisa e da extensão, mediante a aplicação e disseminação dos conhecimentos acadêmicos, dentro de uma perspectiva empresarial e da agricultura orgânica, atender às demandas da sociedade e do setor produtivo, contribuindo para o progresso sócio-econômico, local, regional e nacional. (PDI, 2009).

Outro componente importante é a geração, disseminação, transferência e aplicação de ciência e tecnologia, visando o desenvolvimento regional, se preocupando com a viabilidade econômica dos projetos que defende, respeitando o ambiente e contribuindo com a conseqüente melhora das condições culturais, sociais e da qualidade de vida das pessoas.

O IFPB-Campus Sousa, desempenha em Sousa e na região um importante papel de estimulador da geração de trabalho, ocupação e renda. A partir de processos de auto-gestão, identificados com os potenciais de desenvolvimento local e regional, bem como a ação de promover a integração com a comunidade, contribuindo para o seu crescimento econômico, mediante ações interativas que concorram para a transferência e aprimoramento dos benefícios e conquistas auferidas nas suas atividades.

Ao longo do tempo, o IFPB Campus Sousa, vem executando programas e projetos especiais de caráter inclusivo, voltados, por exemplo, para pessoas portadoras de necessidades especiais; manutenção de uma escolinha de ensino fundamental para crianças de uma comunidade cigana; parceria com Prefeituras Municipais da região certificando alunos do Programa do Governo Federal -

Escola de Fábrica, PROEJA e PRONERA. Através das ações de ensino médio e técnico, já se apresentava com partícipe da vida educacional, social, econômica e política da cidade e região e agora, com a oferta de cursos superiores, à expectativa é de ampliação de sua contribuição nessa tarefa nacional de redução do índice de exclusão social.

Os alunos quando oriundos de escola pública enfrentam uma competição injusta já no vestibular. É literalmente uma peneira de depuração social. Apenas uma pequena parcela das vagas do ensino superior do país é preenchida por alunos oriundos do sistema público. Esse quadro de desigualdades se confunde com a própria história da educação no Brasil. Diante dessa situação, medidas que ajudem a diminuir o distanciamento entre populações historicamente marginalizadas e o acesso ao ensino superior têm sido implantadas pelo governo federal. Diante desses fatos o IFPB aprovou, através do Conselho de Dirigentes em 11 de setembro de 2010, as seguintes ações afirmativas a serem adotadas pelo IFPB a constar no banco de dados do Sistema de Seleção Unificada (SISU) em 2011.1: cotas para candidatos assentados da reforma agrária; candidatos egressos de escolas públicas; candidatos com deficiência; candidatos nascidos no Estado da Paraíba, ou que tenham iniciado sua residência neste Estado antes de 2 de julho de 2010, entre outras ações.

Por meio do trabalho de extensão, a tendência, é o aumento significativo de sua atuação nas comunidades rurais, nos bairros periféricos da cidade, no intuito de fazer chegar o conhecimento técnico e tecnológico, as camadas sociais menos favorecidas.

As parcerias, com finalidades diversas têm sido um compromisso social de nossa instituição, mediante convênios firmados com instituições públicas, privadas, organizações governamentais, não governamentais, associações, sindicatos e órgãos representativos dos mais distintos segmentos da sociedade civil organizada, consolidando ações, que contribuem para ampliar e valorizar o exercício da cidadania na região sertaneja da Paraíba e de todo os municípios que formam o raio de atuação da instituição.

Segundo a Confederação Brasileira de Professores do Ensino Agrícola, a problemática da Educação no campo, além da falta de infra-estrutura adequada, tem como principal eixo estrangulador a falta de profissionais qualificados, com formação pedagógica e técnica para assumir os Projetos Educativos e Agrícolas

nas escolas rurais, o que tem acentuado a exclusão da educação básica. A elevada busca de alunos do campo por escolas de ensino fundamental e médio nas cidades é também uma questão que merece atenção.

3. O PRONERA no IFPB Campus- Sousa

Neste capítulo, iremos descrever o processo de implantação do convênio PRONERA no IFPB Campus Sousa para a formação técnica de nível médio de jovens oriundos da reforma agrária nos cursos de agropecuária e agroindústria. Tentaremos descrever como foi estabelecida essa parceria INCRA/CPT/IFPB, diálogo e a relação com o novo : educação do campo no IFPB-Campus Sousa.

No ano de 2002, a Escola Agrotécnica Federal de Sousa, em trabalhos de extensão no Assentamento Acauã, o então Diretor Geral da Instituição, Francisco Cicupira de Andrade Filho, sentindo a necessidade e importância dos jovens da comunidade participarem das atividades agropecuárias realizadas no assentamento, ofereceu a esses jovens, o acesso a Escola Agrotécnica Federal de Sousa com o objetivo de obterem uma formação técnica na área de agropecuária e assim, serem multiplicadores de tecnologias em suas comunidades. Desse acordo verbal, três alunos ingressaram na Instituição para estudarem o Curso Técnico de Nível médio em Agropecuária, dando início ao PRONERA na EAFS que chega efetivamente no ano de 2003 (FIGURA 8).



FIGURA 7. Reunião com asseguradores do INCRA, CPT-Sertão e IFPB Campus Sousa-PB. Discussão sobre a implantação do PRONERA

Fonte: Arquivos PRONERA 2003

No ano de 2003, foi firmado um convênio entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Cooperativa Escola dos Alunos da Escola Agrotécnica Federal de Sousa (COOPEAFS) visando atender a 11 alunos

oriundos das áreas de assentamentos da Reforma Agrária, dentro do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

O PRONERA vem para contribuir com o desenvolvimento Rural Sustentável capacitando pessoas das áreas de assentamentos, possibilitando-os prestar contribuição para o desenvolvimento dos assentamentos e da Reforma Agrária.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT-SERTÃO) desde seu início vem desenvolvendo trabalhos ligados à educação, tendo-a como uma bandeira de luta. Tomando conhecimento do convênio realizado entre o INCRA e a EAFS, preocupou-se em dar sua contribuição no processo de formação a esses alunos dos assentamentos beneficiados pelo programa. Desse modo, passou a ser parceira nesse projeto trazendo a demanda desses alunos e contribuindo com a inserção deles nas dinâmicas locais, dando-lhes formação e capacitação de conteúdos de suma importância e de relevância dentro do âmbito da Reforma Agrária.

A não utilização da pedagogia da alternância, pressuposto do PRONERA foi palco de várias discussões nas esferas envolvidas com a parceria. O projeto se distanciou da pedagogia da alternância (tempo escola/tempo comunidade) pelo fato dos primeiros alunos, oriundos dos assentamentos, diariamente voltarem para suas comunidades e, isso, motivou a vinda dos demais. Outro fator desse distanciamento foi à dificuldade da implementação dessa pedagogia, já que nosso quadro docente e técnico, da Escola Agrotécnica Federal de Sousa, era insuficiente para atendermos turmas específicas no tempo escola e acompanhamento em tempo comunidade, além de problemas burocráticos para uso do financiamento proposto.

A educação é um processo contínuo que não poderia ser estancado por problemas de execução financeira, já sinalizados por outras instituições que ofereciam o PRONERA na Paraíba. Como o objetivo inicial foi atender a demanda dos assentamentos circunvizinhos, com possibilidades de retorno diário aos seus assentamentos, os alunos não perderiam o vínculo com suas comunidades, não se descaracterizavam e seriam contemplados com recursos, a fim de que pudessem estudar, conquistar uma habilitação técnica com capacidade de atuarem com agentes de desenvolvimento rural sustentável, visando à melhoria dos assentamentos. Com todos os parceiros de acordo, passamos a discutir a

metodologia de realização do projeto, nessa modalidade única no Brasil sem se afastar dos objetivos do mesmo.

Os resultados positivos do primeiro projeto levaram a CPT/Sertão e o INCRA, solicitaram a inclusão de outros assentados para atender uma demanda crescente de assentamentos situados nas regiões geográficas do Cariri, Curimataú, Brejo e Litoral, além dos estados de Pernambuco e Rio Grande do Norte.

3.1. O projeto pedagógico do PRONERA no IFPB-Campus Sousa

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394 de 1996) em seus Art. 23, 26 e 28 propõe a organização da Educação Básica adequada às Escolas do Campo. A lei considera a adoção de propostas pedagógicas que respeitem as diferenças e o direito à igualdade, contemplando a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos de gênero, geração e etnia.

Os princípios e pressupostos teórico-metodológicos dos projetos, segundo o Manual de Operações do PRONERA (BRASIL, 2004), são os seguintes:

Princípio do diálogo: é preciso garantir uma dinâmica de aprendizagem-ensino que assegure o respeito à cultura do grupo, à valorização dos diferentes saberes e produção coletiva do conhecimento.

Princípio da Práxis: é preciso construir um processo educativo que tenha por base o movimento ação-reflexão-ação e a perspectiva de transformação da realidade; uma dinâmica de aprendizagem-ensino que ao mesmo tempo valorize e provoque o na interpretação crítica e no aprofundamento teórico necessário a uma atuação transformadora.

Princípio da transdisciplinaridade: processo educativo que contribua para a articulação de todos os conteúdos e saberes locais, regionais e globais garantindo livre trânsito entre um campo de saber e outro. É que nas práticas educativas os sujeitos identifiquem as suas necessidades e potencialidades e busquem estabelecer relações que contemplem a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração, etnia.

Com inspiração nesses princípios, consciente da sua função social enquanto instituição educativa e atenta às necessidades de consolidação do processo de Reforma Agrária como condição para a melhoria da qualidade de vida da população assentada e o estabelecimento e promoção da justiça social do campo e, consolidando oficialmente o PRONERA no IFPB, foram firmados convênios em parceria com a CPT-Sertão/PB e o INCRA para a formação técnico-profissional de jovens assentados da Reforma Agrária.

3.1.1. Cursos oferecidos

- Técnico em Agropecuária nas modalidades concomitante com o ensino médio, integrada e subsequente;
- Curso Técnico em Agroindústria na modalidade concomitante com o ensino médio e subsequente.

Perfil profissional do técnico em Agropecuária:

O Técnico formado em Agropecuária é capaz de identificar, analisar problemas e potencialidades para a condução do desenvolvimento rural sustentável; conceber metodologia adequada para a realização de diagnóstico regional e municipal; atuar na identificação das oportunidades de negócios, planejamento, implantação, manutenção e gerenciamento de projetos agrícolas e pecuários, visando uma exploração sustentável tanto na criação de animais domésticos, auxiliando nos serviços de inspeção de produtos de origem animal quanto na orientação para a preparação a infra-estrutura necessária aos cultivos.

Perfil profissional do técnico em Agroindústria:

O Técnico em Agroindústria, ao final do curso, é capaz de atuar nas áreas de processamento de produtos de origem vegetal e animal, com competências para implantar e implementar programas de qualidade para a obtenção de alimentos seguros. O profissional deve ainda atuar nas áreas de armazenamento, gerenciamento, e consultoria para empresas que trabalhem com

alimentos, apresentando, ainda, uma formação empreendedora, de forma a gerar a sua própria oportunidade de trabalho.

Nas duas áreas, os técnicos adquirem competências que permitem superar os limites de sua ocupação no seu campo de atuação para transitar por outros campos da mesma área profissional ou de áreas afins como também ampliar e renovar seus conhecimentos para atuar num mundo do trabalho em constante mutação e permanente desenvolvimento.

3.1.2. Objetivos

O projeto tem como objetivo geral formar jovens camponeses oriundos de projetos de assentamentos da reforma agrária, para atuarem como Técnicos de nível médio em Agropecuária e Agroindústria e específicos:

- Capacitar os jovens oriundos dos assentamentos acompanhados pela Comissão Pastoral da Terra–CPT dos estados da Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, oportunizando aos mesmos o deslocamento, alimentação e hospedagem, bem como possibilitar metodologias de estudo, pesquisa e trabalho com conteúdos mais adequados à realidade da região, voltados à agricultura familiar camponesa, numa perspectiva de organização e produção agroecologicamente sustentável para o Semi-Árido;
- Proporcionar aos jovens que concluíram o Ensino Fundamental a formação técnico-profissional e, aos que já concluíram o Ensino Médio, a realização da formação técnico-profissionalizante;
- Favorecer o exercício da aplicabilidade do aprendizado adquirido durante as aulas teóricas e práticas, em visitas de intercâmbio, em seminários de formação e no acompanhamento do cotidiano das comunidades camponesas, assentamentos e acampamentos da reforma agrária visitados/trabalhados, vivenciados pelos alunos capacitados.

3.1.3. Critérios de seleção

A seleção dos alunos para os cursos oferecidos pelo IFPB-Campus Sousa no convênio PRONERA é realizada via exame de seleção, composta de uma avaliação escrita de português e matemática. São disponibilizadas, em edital, 50 vagas para serem disputadas entre os alunos oriundos dos assentamentos, possibilitando, dessa forma, a inclusão desses jovens na instituição. Podem se candidatar às vagas nos Cursos Técnicos de nível médio em Agropecuária e Agroindústria, jovens que concluíram o Ensino Fundamental e aos que já concluíram o Ensino Médio.

3.1.4. Relação dos Assentamentos atendidos nos convênios PRONERA/IFPB-Campus Sousa

No quadro 1, podemos observar a demanda atendida pelo PRONERA no IFPB Campus Sousa. Atendemos 59 assentamentos, destes, 10 do Rio Grande do Norte e 2 de Pernambuco. Esses números, que aumentavam anualmente, sinalizou, para nós, instituição que tínhamos alcançado os objetivos iniciais do PRONERA e, ao mesmo tempo, a dimensão da responsabilidade com essa clientela diferenciada e desejosa de uma educação libertadora. Para isso, tivemos que discutir junto com o movimento social a melhor forma de trabalhar esses jovens. Para tratar da pedagogia dos movimentos sociais, é necessário compreender a trajetória que cada organização tem, em relação ao processo de educação e formação, uma vez que há processos formais e informais.

QUADRO 1: Relação dos assentamentos atendidos pelo convênio PRONERA IFPB Campus Sousa

Nº	ESTADO	MUNICÍPIO	ASSENTAMENTO
1	Paraíba	Cajazeiras	Valdeci Santiago
2	Paraíba	Cajazeiras	Edvaldo Sebastião
3	Paraíba	Cajazeiras	Santo Antônio
4	Paraíba	Cajazeiras	Frei Damião I
5	Paraíba	Cajazeiras	Frei Beda
6	Paraíba	Cajazeiras	Mãe Rainha
7	Paraíba	Aparecida	Acauã
8	Paraíba	Aparecida	Angélica
9	Paraíba	Aparecida	Veneza
10	Paraíba	Aparecida	Várzeas de Sousa
11	Paraíba	Sousa	Pau D'arco
12	Paraíba	Triunfo	Três Irmãos
13	Paraíba	Jericó	Cruzeiro
14	Paraíba	Jericó	Saquinho
15	Paraíba	Jericó	Fortuna
16	Paraíba	Marizópolis	Juazeiro
17	Paraíba	Cachoeira dos Índios	São Francisco II
18	Paraíba	São José da Lagoa Tapada	Sarapó
19	Paraíba	São José da Lagoa Tapada	Morada Nova)
20	Paraíba	Pombal	Jacu
21	Paraíba	São Domingos	Paissandú
22	Paraíba	Lagoa	Cantinho
23	Paraíba	Bonito de Santa Fé	Bartolomeu I
24	Paraíba	Paulista	Curralinho
25	Paraíba	Paulista	Paxicú
26	Paraíba	Campina Grande	Santa Cruz
27	Paraíba	Campina Grande	Serrotão
28	Paraíba	Sossego	São Luiz
29	Paraíba	Cubati	Belo Monte
30	Paraíba	Cubati	São Domingos
31	Paraíba	Prata	Renascer)
32	Paraíba	Monteiro	Santa Catarina
33	Paraíba	Aroeiras	Cachoeira Grande
34	Paraíba	Areial	Cícero Romana
35	Paraíba	Barra de São Miguel	Novo Campo
36	Paraíba	Riachão	Baixio
37	Paraíba	Alagoinha	Cajá
38	Paraíba	Alagoinha	Bonfim
39	Paraíba	Dona Inês	Zé Matias
40	Paraíba	Dona Inês	Tanques
41	Paraíba	Dona Inês	Várzea Grande
42	Paraíba	Pilões	Tabocal
43	Paraíba	Pilões	Veneza
44	Paraíba	Araruna	Alto Grande
45	Paraíba	Areia	União
46	Paraíba	Belém	Alinorte
47	Rio Grande do Norte	Caraubas	1º de maio
48	Rio Grande do Norte	Caraubas	8 de março
49	Rio Grande do Norte	Upanema	Monte Alegre
50	Rio Grande do Norte	Apodi	Sítio do Góis
52	Rio Grande do Norte	Apodi	Moaci Lucena
53	Rio Grande do Norte	Apodi	Tabuleiro Grande
54	Rio Grande do Norte	Mossoró	Mulungunzinho
55	Rio Grande do Norte	Sertania	Santa Marta
56	Rio Grande do Norte	São José do Egito	Açudinho
57	Rio Grande do Norte	São José do Egito	Lagoa de Outra Banda
58	Pernambuco	Sertânia	Queimada nova
59	Pernambuco	Garanhuns	Ramada da Quixabeira

3.2. Proposta pedagógica dos cursos técnicos de nível médio em Agropecuária e Agroindústria

A Educação Profissional de nível médio no Brasil hoje é regulada pelo Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004; regulamenta o § 2º do art.36 e os arts. 39 a 41 da LDB. O decreto instituiu a articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio, modalidade integrada, que pode dar-se na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno; concomitantemente, com matrículas distintas para cada curso e, de forma subsequente, para quem já concluiu o ensino médio. (BRASIL, 2004). Apesar das discussões acerca da efetividade desse decreto, é importante enfatizar que a relação ensino e aprendizagem é um fenômeno complexo, pois diversos fatores de ordem social, política e econômica interferem na dinâmica da sala de aula, isto porque a escola não é uma instituição independente, está inserida na trama do tecido social. Desse modo, as interações estabelecidas na escola revelam facetas do contexto mais amplo em que o ensino se insere.

A escola como ambiente primeiro de aprendizagem formal deve possuir como fator preponderante de sua dinâmica estrutural, nos seus conhecimentos e práticas, análises, reflexões, pesquisas e discussões.

O ensino profissionalizante tem nas relações de trabalho o elo de ligação com o externo. Devido a esse fator, os currículos das escolas devem estar em sintonia com as condições de trabalho que mudam, não apenas no sentido das habilidades requeridas, mas igualmente, no tocante às próprias formas de organização do trabalho. Daí a necessidade de elaborar um currículo dinâmico e atuante, objetivando o aumento e a capacitação da força de trabalho apta a acompanhar o cenário de mundo. As profundas modificações que têm ocorrido no mundo do trabalho trazem novos desafios para a educação. O capitalismo vive um novo padrão de acumulação decorrente da globalização da economia, da reestruturação produtiva que, por sua vez determina novas relações entre o estado e a sociedade (KUENZER 2000 a).

Com essas transformações a escola é desafiada a repensar seu papel diante o meio social, formando alunos mais capazes para o desenvolvimento de habilidades cognitivas e condutas que facilitem o enfrentamento de situações

dinâmicas. A escola deve preparar o aluno para a comunicação em massa, para resolver problemas práticos utilizando conhecimentos científicos, buscando se aperfeiçoar continuamente com responsabilidade, criatividade e criticidade.

Dessa, forma cabe a escola a elaboração de um projeto político pedagógico com base num amplo e aprofundado processo de diagnóstico, análise e proposições de alternativas, cuja elaboração demanda da participação efetiva de todos os envolvidos: comunidades, pais, alunos e professores. Esse processo deverá contemplar as características da região, as demandas da comunidade em que a escola está inserida, as características e necessidade do alunado, a capacidade da escola no que diz respeito a recursos humanos, equipamentos, espaço físico e possibilidade de articulações interinstitucionais que permitam ofertas diversificadas e de melhor qualidade (KUENZER, 2000 b).

No que se refere à oferta de um Curso Técnico Integrado, entendemos que o Ensino Médio, como etapa final da Educação Básica concorre para o fortalecimento da entidade do aluno. Tem a característica da terminalidade, o que significa assegurar a todos os cidadãos, a oportunidade de consolidar e aprofundar “os conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental”; a formação da pessoa de forma a desenvolver os seus valores e as competências necessárias à integração de seu projeto individual ao projeto da sociedade em que se situa; o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; a preparação e orientação básica para a sua integração ao mundo do trabalho, com as competências que garantam seu aprimoramento profissional e permitam acompanhar as mudanças que caracterizam a produção no nosso tempo; o desenvolvimento das competências para continuar aprendendo, de forma autônoma e crítica, em níveis mais complexos de estudos.

O currículo do Ensino Médio Integrado ao Ensino Profissional do IFPB Campus Sousa (ANEXO 1) é composto por todas as atividades desenvolvidas a fim de proporcionar a aprendizagem expressando a contemporaneidade, considerando a rapidez com que ocorrem as mudanças na área do conhecimento e da produção, visando a formação do ser humano competente, responsável e comprometido com sua dignidade.

Na educação profissional de nível técnico concomitante ou subsequente (ANEXO 2 e 3) é necessário, entretanto, que se estabeleça para cada uma das

áreas o momento a partir do qual a concomitância poderá se dar em função dos conhecimentos, competências e habilidades da educação geral que são requeridos para o início do curso técnico.

Na organização curricular por módulos, os conhecimentos serão agrupados estruturalmente, possibilitando saídas intermediárias e retornos para reorientação e/ou complementação, garantindo maior flexibilidade à educação profissional, permitindo ao aluno cursar um ou mais módulos, receber um certificado de qualificação, ingressar no mercado de trabalho e retornar à escola para complementar o seu curso. Ao final, um conjunto de módulos gerará um diploma de habilitação para os portadores do certificado de conclusão do ensino médio.

Seguindo a metodologia proposta no projeto, sem trabalhar com a pedagogia da alternância, os alunos do PRONERA, participam das turmas com os alunos que entraram pelo processo normal da instituição, sem distinção entre alunos de assentamento e demais, o que possibilitou uma maior integração entre os estudantes e troca de experiências entre eles.

Paralelamente, acompanhados pela CPT/sertão, são realizadas, no IFPB-Campus Sousa e em assentamentos, as atividades de educação do campo composta de seminários de formação, visitas de intercâmbio, palestra e atividades nos assentamentos. A duração do projeto é de três anos, tempo necessário a integralização da carga horária estabelecida no projeto pedagógico para a formação do técnico, dos alunos da modalidade concomitante e dois anos para o subsequente. Nesse período ou fora deles, os alunos, realizam seus estágios supervisionados, componente obrigatório para recebimento do diploma de Técnico em Agropecuária ou Agroindústria.

Os alunos do PRONERA permanecem em tempo integral na escola, onde desenvolvem as seguintes atividades:

- Aulas teóricas e práticas;
- Visitas técnicas;
- Apresentação e participação em seminários;
- Participação em cursos extra-curriculares;
- Participação em feiras e eventos ligados às áreas de interesse;
- Participação em atividades artísticas, culturais e esportivas;

Aos alunos do PRONERA também são garantidos:

- Assistência educacional
- Assistência odontológica
- Assistência médica
- Assistência psicológica

O acompanhamento dos alunos é realizado por dois professores do IFPB-Campus Sousa, coordenadores pedagógicos, com a função de orientar e fazer junto com os alunos e alunas o seu processo de formação como também garantir que os objetivos propostos no projeto sejam atingidos, principalmente na organização das atividades relacionadas à educação do campo. Por isso, é preciso que os professores/educadores estejam permanentemente no processo educativo, acompanhando cada aluno e aluna na realização das atividades nos seus diversos momentos, na escola e na comunidade, para que se possa potencializar a dimensão educativa.

Acompanhar é mais que conviver com os educandos; é mais que saber onde eles estão e o que estão fazendo, é mais que conhecer as qualidades e os limites de cada um, mais que saber seus gostos e sonhos. Acompanhar consiste fundamentalmente em saber compreender os educandos, as educandas. É importante cuidar para que o acompanhamento não vire um “consultório sentimental”. (ITERRA, 2007).

As turmas do PRONERA IFPB- Campus Sousa são acompanhadas também por um colegiado externo que tem por função garantir a entrada dos educandos nos diversos processos do convênio, é quem mantém o contato político com o campus.

Não podemos deixar de observar que a formação tecnicista ainda é uma realidade bastante presente na maioria dos cursos de ciências agrárias no país. O modelo “escola-fazenda”, adotado nas décadas de 60 e 70 no Brasil, ainda hoje orienta a prática pedagógica de muitas das Escolas Agrotécnicas. Esse modelo baseado no princípio do “aprender a fazer fazendo” estava voltado para um sistema de produção agrícola baseado na grande produção. A ação das instituições referidas se constituía favorável aos interesses econômicos e financeiros hegemônicos, em escala internacional.

Ao se analisar a atual realidade econômica do país, conclui-se que existem pelo menos dois modelos distintos de produção agrícola. Os fatos das políticas públicas nacionais para o desenvolvimento rural estarem sendo conduzidas a partir de uma lógica dualista, ou seja, de um lado tem-se o Agronegócio como uma das pilastras da política econômica do país, baseada na exportação de grãos. Do outro lado tem-se a agricultura familiar, que a partir de sua organização social consegue imprimir um ritmo de negociação com o governo que possibilita algumas políticas públicas compensatórias e necessárias ao seu desenvolvimento. Neste campo de disputa a formação em ciências agrárias sofre pressão de ambos os lados na busca por profissionais que contribuam com os processos de desenvolvimento relacionados aos diferentes níveis de compreensão.

A diversidade existente na agropecuária e as dimensões continentais do Brasil aumentam as dificuldades e desafios impostos ao ensino agrícola para dar conta das diferentes demandas. Por essas razões é necessário lançar-se um olhar sobre essa forma de ensino, com vistas a adequá-lo ao atual momento histórico, sejam quais forem os modelos, as estratégias e prioridades definidas. Ao mesmo tempo, não há como negar que existe um forte movimento na busca de um modelo de produção sustentável levando muitas instituições que atuam no ensino agrícola, discutirem essa temática. O IFPB Campus Sousa, participa conjuntamente com as demais instituições federais de ensino agrícola dessas discussões e pretende, no mais breve possível, reorganizar sua matriz pedagógica seguindo o novo modelo de agricultura sustentável.

O Seminário Nacional do Ensino Agrícola da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica foi uma iniciativa do Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, e realizado pela Diretoria de Formulação de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica. O Evento foi concebido e orientado pela compreensão de que somente a co-responsabilização e o diálogo entre os diversos atores envolvidos na (re)significação do ensino agrícola poderá estabelecer diretrizes e consensos para a reorientação do ensino na rede federal. Tendo em vista as transformações ocorridas em todas as áreas das atividades humanas na sociedade, compreende-se que essa modalidade de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) também necessita ser reestruturada.

Assim, a educação agrícola requerida pela sociedade deve refletir uma realidade marcada pela incorporação das novas tecnologias, pelos novos modelos de gestão da produção, pela imperativa necessidade da formação de profissionais responsáveis socioambientalmente; uma educação comprometida com as múltiplas necessidades sociais e culturais da população brasileira. Tudo isso estabelece como marco fundamental formar profissionais técnica e politicamente preparados para atender as demandas da sociedade.

O Seminário Nacional do Ensino Agrícola da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (MEC, 2009), teve como objetivos, discutir o papel do ensino agrícola no novo contexto agrário e agrícola do País, propor e reformular questões curriculares, estruturais e de gestão. Entre as deliberações do seminário citaremos algumas ligada diretamente a temática estudada nesse trabalho:

- Encontrar formas que priorizem a seleção de estudantes filhos de agricultores familiares ou ligados à produção ou aos problemas agrícolas e consultar o MEC sobre a questão legal dessa priorização; (item já adotado pelo IFPB Campus Sousa através do PRONERA)
- Estabelecer cotas para os povos do campo; (item já adotado pelo IFPB Campus Sousa, através da entrada de jovens assentados da reforma agrária nos cursos superiores de agroecologia e medicina veterinária pelo SISU.
- Possibilitar editais específicos para atender a demandas de comunidades isoladas ou em áreas de difícil acesso para oferecimento de cursos regulares nos locais de origem dos interessados, (item já adotado pelo IFPB Campus Sousa na instalação da unidade descentralizada de Aparecida –PB;
- Capacitar o corpo docente e técnico administrativo com cursos de aperfeiçoamento nas diversas áreas de atuação e cursos de relações humanas, no sentido de interagir com os povos do campo e melhorar o relacionamento dentro da Instituição com os próprios funcionários; (item já adotado pela inserção de professores e técnicos nos seminários e visitas de intercâmbio do convênio PRONERA, que será intensificado por cursos de capacitação;

- Utilizar a pedagogia da alternância, quando a comunidade assim desejar; (item que está sendo estudado com prioridade pela área pedagógica do IFPB campus Sousa).

Nesse sentido, quando nos propomos a discutir a (re)significação do ensino agrícola, principalmente levando-se em consideração um contexto que tenha como um dos focos a agricultura familiar, necessariamente isso nos remete a pensarmos em construir propostas de um novo currículo articulado a uma proposta pedagógica orientada para a formação integral.

O currículo de um curso tem como objetivo principal se constituir em instrumento que oportunize aos alunos adquirirem as competências previstas no perfil profissional e também desenvolverem valores éticos, morais, culturais, sociais, políticos e ecológicos. Objetiva ainda qualificar os discentes para uma atuação profissional nas diversas formas e espaços da produção agropecuária, contribuindo para o desenvolvimento pessoal, sociais, científicos, econômicos e a preservação ambiental. Em relação ao currículo se propõe (MEC, 2009).

- Incluir nos currículos e programas tecnologias apropriadas para a agricultura familiar que contemplem o associativismo, cooperativismo, sindicalismo e formas de economia solidária;
- Incluir nos currículos componentes que valorizem e contemplem tecnologias sociais, utilizando estratégias didáticopedagógicas nas quais os educandos visualizem a sua aplicabilidade em curto prazo;
- Valorizar e conhecer a Natureza e o Homem a partir de princípios morais e éticos, permitindo o estabelecimento de processos de desenvolvimento cultural e socioambiental adequados;
- Promover a inclusão de componentes curriculares contextualizados e de estratégias pedagógicas que desenvolvam iniciativas compatíveis com o desenvolvimento dos arranjos produtivos locais
- Reorganizar os currículos na perspectiva do técnico poder atuar mais competentemente também nos arranjos produtivos da agricultura familiar e nos movimentos sociais;
- Promover discussão participativa e contínua com movimentos sociais por meio da criação de programas de inserção dos agricultores familiares,

oportunizando à comunidade escolar estágios de vivência em comunidades rurais;

- Sensibilizar e capacitar os professores e técnicos administrativos para trabalhar com os movimentos sociais e agricultura familiar;
- Trabalhar a agricultura familiar de acordo com as características e especificidades regionais, resgatando conhecimentos tradicionais com melhoramentos técnicos;
- Oportunizar ao aluno estágios de vivência como uma forma de retorno e interação comunidade/escola;

Os princípios norteadores da educação profissional devem ser a flexibilidade e a laborabilidade. O Art. 7º do Decreto 2.208/97 estabelece que «para a elaboração das diretrizes curriculares para o ensino técnico deverão ser realizados estudos de identificação do perfil de competências necessárias às atividades requeridas, ouvidos os setores interessados, inclusive trabalhadores e empregadores». A resolução CEB Nº 4/99, em seu artigo 6º, estabelece que a competência profissional refere-se à “capacidade de mobilizar, articular e colocar em ação valores, conhecimentos e habilidades necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho”. Para Machado (2002, p.257):

O emprego da noção de competência, tendo em vista o estabelecimento de parâmetros de condições de desenvolvimento da educação profissional, requer, assim, reconhecer que as representações construídas sobre o que é competência não são independentes das finalidades que têm em vista aqueles que a constroem.

O Projeto Político-pedagógico dos cursos técnico de nível médio do IFPB-Campus Sousa, seguindo as orientações das Diretrizes Curriculares para a Educação Profissional de Nível Médio regem-se por um conjunto de princípios. Em primeiro lugar por princípios explicitados na Constituição Federal, de igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, a liberdade de aprender e ensinar e a valorização dos profissionais da educação.

Outros princípios que definem a identidade e especificidade da educação profissional se referem a: desenvolvimento de **competências para a laborabilidade; flexibilidade; interdisciplinaridade e contextualização na organização curricular**; identidade **dos perfis profissionais de conclusão**; atualização permanente dos cursos e seus currículos e autonomia da escola em seu projeto pedagógico. Destacamos dentre todos esses princípios o de competências para a laborabilidade (ou empregabilidade), que pressupõe desenvolver competência profissional, aqui entendida como “a capacidade de mobilizar, articular e colocar em ação valores, conhecimentos e habilidades, visando o desempenho eficiente e eficaz de atividades ligadas ao mundo do trabalho” (Art. 6º da Resolução CNE/CEB nº 04/99). Trata-se de desenvolver uma educação profissional que possibilite ao aluno desenvolver a capacidade de:

- Aprender a conhecer.

Leva-se em conta a importância de uma Educação Geral, ampla. Prioriza-se o domínio dos próprios instrumentos do conhecimento considerado como meio e como fim. Meio como forma de entender a complexidade do mundo para que possa viver dignamente, fim, porque seu fundamento é o prazer de compreender, de conhecer, de descobrir.

- Aprender a fazer.

Privilegia a aplicação da teoria na prática e enriquece a vivência da ciência na tecnologia e destas no social.

- Aprender a viver.

Relacionar-se ao aprenderem juntos, desenvolvendo o conhecimento do outro e a percepção das interdependências, de modo a permitir a realização de projetos comuns ou a gestão inteligente dos conflitos inevitáveis.

- Aprender a ser.

Refere-se ao desenvolvimento total da pessoa. Aprender a ser supõe preparar indivíduos para elaborar pensamentos autônomos e críticos e para formular os seus próprios juízos de valor, de modo a poder decidir por si mesmo, frente às diferentes circunstâncias da vida.

Com isso, o IFPB Campus Sousa, desempenhará o papel de formadora de técnicos especializados, capazes de atender às expectativas de exploração de

uma agricultura e pecuária de alta tecnologia, com elevada produtividade e eficiência, visando o desenvolvimento integrado e sustentável.

Para isso, é necessário que os currículos abordem novos conteúdos (dentre os quais devem estar incluídas as novas formas de organização do trabalho), criem condições para a incorporação de conhecimentos em situação prática e lancem mão de metodologias que estimulem os alunos a mobilizar os conhecimentos para resolver problemas, tomar decisões e agir criativamente, respeitando as regras de convivência democrática. Incorporar todas essas propostas de maneira a oferecer aos alunos uma educação em sintonia com o mundo do trabalho requer muito mais que uma legislação educacional avançada. Requer antes de tudo, compromisso daqueles que estão envolvidos no processo educacional. Principalmente dos instrutores sob pena das escolas profissionais continuariam a formarem profissionais “para um mundo que não existe mais”.

As matrizes curriculares dos cursos oferecidos pelo IFPB Campus Sousa, foram construídas a partir do estudo da organização da agropecuária e agroindústria regional, da sedimentação do trabalho na via produtiva e dos indicadores das tendências futuras nas relações entre capital, emprego e trabalho e desenvolvimento sustentável. A organização dessa matriz, no que se refere às competências e habilidades, baseia-se na própria estruturação do mundo do trabalho, organizado em áreas profissionais com atividades cujos processos produtivos são semelhantes e segmentados em funções específicas.

3.2.1- O técnico em agropecuária e agroindústria do PRONERA

A estrutura matricial está organizada em módulos, sendo o primeiro módulo Básico necessário como suporte para a laboralidade. Os demais módulos têm caráter terminal favorecendo a construção das competências e habilidades necessárias aos profissionais de cada curso.

Esta forma de organização curricular favorece uma prática docente focada nos conteúdos, onde cada disciplina existe de forma quase que totalmente isolada das outras, pois apenas as disciplinas do módulo básico são pré-requisitos para os demais módulos. Apresentado dessa forma tem, segundo Machado (2002) “emprego naturalizado da noção de competência”, onde a

competência se transforma em coisas, objetos de consumo ou meios de produção entes sem história, fora das relações sociais.

Para agroindústria, além do módulo básico, os alunos estudam os módulos de Processamento de Produtos de Origem Vegetal, Processamento de Produtos de Origem Animal, Higiene e Resíduos Agroindustriais e Gestão e Empreendedorismo que no final do curso devem apresentar como competência profissional geral planejar, organizar e monitorar o processo de aquisição, preparo, conservação, armazenamento da matéria-prima e distribuição dos produtos agroindustriais dando ênfase também o aproveitamento de produtos produzidos pela agricultura familiar.

Em Agropecuária temos os módulos de Agricultura, Infra-estrutura Zootecnia e Gestão, que, concluídos concede aos alunos a competência profissional geral de exploração e manejo sustentável do solo, plantas e animais em todas as suas dimensões

Sabemos que, na prática profissional desses alunos, especialmente nas comunidades desprovidas de uma infra-estrutura para realização de atividades mais tecnicamente desenvolvidas, algumas situações inesperadas, para serem resolvidas exigirão decisões e ações imediatas e corretas. Portanto, como relatado por Montenegro (2007), há um horizonte de competências que pode ser vislumbrado para estes/estas profissionais, mas o estabelecimento e a persecução de um perfil igual para todos eles não é viável porque eles estarão vivendo realidades diferenciadas com sujeitos também diferenciados, além de apresentarem subjetividades que influenciam sua atividade profissional. Fatores objetivos como o sistema social, as condições de trabalho, o nível de complexidade da atividade; e alguns fatores subjetivos como as lógicas de construção de saberes, as trajetórias dos indivíduos, suas habilidades, conhecimentos anteriores, entre outros que justificariam a inoperância da naturalização das competências.

Entendemos que, aos alunos do PRONERA, em geral, há uma necessidade de adaptação de algumas competências no momento da aplicação prática em suas comunidades, o que é facilmente contornado pelas experiências de exploração da agricultura e pecuária de base familiar. Aliando a teoria com a prática nos momentos de aprendizado sobre exploração sustentável da

agricultura e pecuária, oferecidos aos alunos na complementação da educação do campo, favorece o uso de tecnologias adaptadas a necessidade das comunidades envolvidas, principalmente com relação ao semiárido. Essa observação está de acordo com Machado (2002), quando relata que a competência é uma construção pessoal e social que é aprendida quando os sujeitos se confrontam com uma situação que coloca problemas, exigindo descobrir, inventar ou adquirir soluções, sintetizar teoria e prática. Logo, podemos observar que a o trabalho prático, dos alunos na terra, favorece o desenvolvimento das competências profissionais dentro de suas reais necessidades.

Machado et al (2008), acha importante ressaltar que por trás de toda prática educativa há uma pedagogia. Podemos dizer, então, que a pedagogia só existe quando é transformada em prática. Caso contrário, podemos ter um grande acúmulo teórico, pensar em grandes ações que se não forem postas em prática a que foi formulado, temos uma pedagogia morta.

Acreditamos que para os alunos beneficiados no projeto, possuidores de uma identificação com a terra, o conhecimento técnico de formas de produção, favorecerá um aumento no índice de exploração agrícola, dentro da perspectiva de sustentabilidade que conseqüentemente irá refletir em qualidade de vida.

Os alunos que se propõe a melhorar as condições de exploração da terra como forma de melhoria de vida, tem que superar a dificuldades e adversidades do trabalho nos assentamentos considerando-se a falta de infra-estrutura naquelas localidades sendo necessário adaptar os conhecimentos técnico-científicos adquiridos na escola aos conhecimentos adquiridos na comunidade.



FIGURA 8- Aulas dos Cursos Técnicos em Agropecuária e Agroindústria no IFPB Campus Sousa.

Fonte: Arquivos PRONERA 2008/2009

3.2.2. EDUCAÇÃO DO CAMPO: atividades desenvolvidas paralelamente à educação formal do IFPB Campus Sousa

A educação do campo tem sido caracterizada como um novo paradigma, que valoriza o trabalho no campo e os sujeitos trabalhadores, suas particularidades, contradições e cultura como práxis, em contraponto ao paradigma da educação rural, vinculado aos interesses do agronegócio, do capitalismo agrário e, conseqüentemente, ao fortalecimento das políticas de esvaziamento do campo (SOUZA, 2007)

Sob a coordenação da CPT-Sertão/PB e auxiliados por professores e coordenadores pedagógicos do IFPB Campus Sousa, são realizadas atividades (seminários de formação, visitas técnicas e de intercâmbio) que oportunizarão momentos de construção do conhecimento a cerca de temas pertinentes à realidade do campo como: agricultura familiar camponesa, cultivos agroecológicos, sementes, manejo da caatinga, criação de animais, assessoria técnica e, ainda, visitas técnicas de intercâmbio para conhecimento de experiências bem sucedidas proporcionando a observação e troca de novos saberes. Essas atividades integram o currículo dos alunos e alunas proporcionando a relação teoria-prática e atendendo à inter-transdisciplinaridade curricular de forma a contemplar a transversalidade do conhecimento, conforme previsto na legislação vigente, pertinente à educação, além de implementar ações que contribuíssem para o desenvolvimento das comunidades assentadas e integração escola/alunos /comunidade.

Nessa perspectiva, a práxis é o que leva à competência. Ou seja, a atividade prática, não o praticismo, efletida e transformadora é quem favorece o desenvolvimento de competências para a atuação profissional (MONTENEGRO, 2007).

A CPT, criada oficialmente em 1988, é uma pastoral social da Igreja Católica do Brasil e presta um serviço de assessoria, apoio, estímulo, animação à luta dos trabalhadores que já conquistaram a sua terra ou aqueles que ainda estão lutando por seu pedaço de chão. É importante enfatizar que o coordenação da CPT/Sertão é realizada por uma pessoa inserida no movimento de reforma agrária, reside em assentamento desenvolvendo um trabalho significativo para a concretização da proposta do projeto, fazendo o levantamento da demanda, a

articulação, divulgação e formação das turmas, além do acompanhamento freqüente e avaliação do contexto de cada sala de aula, trazendo informações relevantes para o desenvolvimento do projeto.

Essa aproximação com a CPT/Sertão fez com que tivéssemos acesso ao conceito que Calado apresenta com muita propriedade sobre os Movimentos Sociais:

Movimentos Sociais são organizações coletivas empenhadas na luta em defesa de seus interesses econômicos, e sócio culturais buscando construir sua identidade de forma processual tendo como referência a conduta oposta do que eles situam como seus adversários ou inimigos.(1999)

Os Movimentos Sociais tem cumprido no campo um papel político e pedagógico que não pode deixar de ser reconhecido. Esses, através das suas lutas e suas formas de organização e expressão, tem ajudado a afirmarem direitos, a humanizar as pessoas criando novas possibilidades de viver com dignidade; nos ajudam a enxergar os sujeitos, à medida que os fazem aparecer diante da sociedade, escancarando suas injustiças, desigualdades, mentiras (CALDART, 2002, p. 132).

A luta por uma educação de qualidade que respeitasse a identidade do homem e da mulher do campo, com suas especificidades culturais de gênero, etnia, idade sempre foi uma bandeira de luta dos movimentos sociais do campo que vêm buscando, junto às universidades, condições de acesso e permanência dos trabalhadores rurais nestas instituições, objetivando uma formação profissional que atenda às suas especificidades.

Arroyo (2004) enfatiza a importância da responsabilidade do Estado em se tratando da educação, quando afirma:

Seria ingenuidade política dos movimentos sociais tentar assumir a tarefa da educação prescindindo do público. A história mostra com nitidez que a garantia dos direitos sociais somente acontece quando assumidos como dever do Estado, no campo do público. À sociedade, às famílias, aos movimentos sociais cabe mostrar a diversidade de direitos, denunciar até sua negação para os diversos grupos humanos e pressionar para que o Estado os garanta como direitos universais iguais para todos, em espaços públicos através de leis, recursos e políticas públicas. A educação do campo não é responsabilidade única dos movimentos sociais, mas da sociedade toda, especialmente do Estado e dos diversos governos.

As atividades propostas no projeto pedagógico para o PRONERA são realizadas nos finais de semana, feriados prolongados e período de férias a partir do momento em que os recursos são liberados, pois demandam custos para contratação de assessores, transporte e alimentação dos alunos. Devido a burocracia do uso do dinheiro público, as atividades de educação do campo sempre são prejudicadas ocorrendo em finais de semana consecutivos, tornando cansativo para os alunos acompanhar a maratona de viagens e o acúmulo de informações.

Esses procedimentos não pretendem substituir o regime de alternância, mas se propõem a superar a distância entre teoria e prática, geralmente observada, nas práticas pedagógicas mais convencionais. Portanto, são atividades complementares que aproximam o aluno do seu campo de trabalho e apontam para a imersão na realidade do assentamento gerando ações na perspectiva do desenvolvimento sustentável, da valorização da cultura local, das potencialidades do assentamento/comunidade e do conhecimento/saberes dos(as) camponeses(as). Ou seja, essas atividades não se encerram em si apenas como ações paralelas ou apêndice do currículo.

É importante ressaltar que para a realização das atividades descritas, abaixo, os alunos são orientados para leituras, referentes a cada temática abordada, vinculando-as as disciplinas afins, em íntima relação com os conteúdos da matriz curricular, aprofundando conhecimentos e/ou gerando pesquisas nas comunidades. Para tanto, essas atividades são coordenadas pela escola com assessoria da CPT Sertão/PB. Na preparação do aluno/aluna para esse trabalho, antes da realização das atividades, o professor orienta a elaboração de roteiros de pesquisa e relatórios que são elaborados pelos alunos sob orientação do professor, inclusive atribuindo notas, que são consideradas no processo de avaliação da aprendizagem do aluno nas disciplinas afins. Assim, as visitas de intercâmbio, por exemplo, são orientadas para o levantamento da realidade, mediante instrumentos previamente elaborados seja na apreensão da realidade de sua comunidade ou de outras comunidades da região do Semi-Árido.

- **Seminários de formação:**

Para complementação das propostas do convênio são realizados, a cada ano de realização do projeto, dois seminários, perfazendo no total seis seminários de formação com os temas: **Agricultura Familiar Camponesa e o Agro/Hidronegócio e Agroecologia, os Sistemas de Criação Animal no Semi-árido, a Questão Agrária: a Reforma Agrária e o Camponato Brasileiro e a Conservação das Sementes Nativas e a Estratégia dos Bancos de Sementes Comunitários.** Dentro das particularidades dos temas, todos têm o objetivo de construir, a partir das experiências das Comunidades Camponesas, da CPT/SERTÃO e do IFPB-Campus Sousa, objetos de conhecimento/estudos a serem sistematizados e problematizados no momento do Seminário e nos Componentes Curriculares do Curso.

Nesse sentido, todos estamos aprendendo com a realidade, com a própria dinâmica de produção da existência de centenas de camponeses que estão construindo uma nova concepção de Nordeste, de Semi-Árido e de campo, de desenvolvimento quebrando o velho paradigma de campo atrasado fadado à extinção e de combate a seca. É nesse processo de construção de novas relações homens/mulheres/natureza, na busca da sustentabilidade da vida dos seres humanos e de todos os seres vivos, que estamos ocupando espaço para a formação dos alunos oriundos de Assentamentos de Reforma Agrária propiciando a troca dos saberes que se produzem na academia e no cotidiano, no processo de produção da existência.

Essas práticas educativas não ocorrem de forma pontual, mas fazem parte de processos construídos coletivamente. Em seu interior, os movimentos sociais populares têm se mostrado com uma preocupação em relação aos processos educativos que devem fazer parte da construção de experiências coletivas e que podem subsidiar as práticas de mudanças dos diversos movimentos e a sua relação com a sociedade (SILVA, 2006, p.31).



FIGURA 9- Seminário de Formação-Centro de Formação Frei Beda. Cajazeiras-PB
FONTE: Arquivos PRONERA 2009

- **Visitas técnicas de intercâmbio:**

Realizadas em assentamentos e comunidades rurais que já desenvolvem experiências nas áreas de Produção Camponesa; Manejo Sustentável da Caatinga; Convivência com o Semiárido; Experiência de Criação Animal; Produção Agroecológica, Apicultura; Caprinocultura; Manejo de água na propriedade; Gestão da Produção. O objetivo desse intercâmbio é possibilitar a produção de conhecimentos pertinentes à Agricultura Familiar Camponesa na

perspectiva da Convivência com o Semi-Árido através do diálogo de saberes mediado por experiências significativas desenvolvidas na área.

Os sujeitos promotores desses intercâmbios, agricultores, agricultoras, jovens, crianças e assessorias possibilitaram uma construção coletiva que envolve conhecimentos de experiências desenvolvidas por outros saberes acumulados historicamente tem contribuído no sentido de mobilizar, fortalecer e experimentar jeitos de produzir economicamente considerando as dimensões humanas e ambientais.

Segundo Silva (2006), as visitas de intercâmbio têm sido um espaço estratégico de diálogo, de exaltação das experiências, de construção de conhecimento e um motor mobilizador de energia, de força, de renovação de esperança na possibilidade de construir alternativas viáveis. O processo de diálogo não se dá apenas no mundo das idéias, ele permite olhar o mundo ali onde o diálogo está ocorrendo, permeado pelo mundo concreto que ilumina um horizonte que antes parecia obscuro. As experiências podem apontar caminhos para a transformação de sua própria realidade.

Para Petersen (1998), nesse processo de intercâmbio, o debate decorrente se alimenta dos conhecimentos do conjunto dos agricultores ao mesmo tempo em que a sua riqueza e intensidade criam as condições para o reforço do espírito inovador de cada um deles individualmente, criando-se um círculo virtuoso no qual o conhecimento individual e o conhecimento coletivo se realimentam continuamente. Ver a concretização de experiências mexe com as subjetividades e possibilita outras formas de produzir economicamente considerando as dimensões humanas e ambientais.

É nesse período que acontece a concretização de muitos aprendizados do que se estudou na escola no período normal, o espaço onde ocorre a prática que possibilita, aos alunos, ter a realidade social como objeto de reflexão. Ao mesmo tempo é o momento que acontece a atuação concreta da organização nas comunidades. No anexo 4, exemplificamos a relação direta entre o tema do seminário e visitas de intercâmbio/conteúdos curriculares vistos em sala.



FIGURA 10- Visitas de Intercâmbio ao Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada – **IRPAA**, Juazeiro da Bahia.

Fonte: Arquivos PRONERA 2008/2009

4. REPERCUSSÕES DO PRONERA PARA OS ALUNOS EGRESSOS E O IFPB Campus Sousa

Nesse capítulo iremos analisar a influência que teve na vida e na comunidade dos alunos egressos do PRONERA. Segundo Caldart, 1997), todo processo de formação que vise transformações, não pode deixar de mexer na existência social das pessoas envolvidas, ainda que de modo parcial, temporário, mas sempre verdadeiro (não fictício).

4.1-PERFIL DOS EGRESSOS DO PRONERA

As considerações aqui levantadas são decorrentes das observações, declarações e conversas informais feitas ao longo da aplicação do questionário (ANEXO 4) com 30 alunos egressos do PRONERA do IFPB - Campus Sousa.

O questionário levantou questões relacionadas ao perfil, as expectativas e a contribuição do PRONERA para os alunos no seu desenvolvimento profissional e humano. Além dessas questões debatidas e estudadas a pesquisa também levantou opiniões sobre os assentamentos e as mudanças que esse programa contribuiu na melhoria da qualidade de vida, de forma econômica, social, educacional e cultural na troca de saberes do campo.

A figura 11 apresenta os dados referentes ao gênero dos entrevistados. Observa-se que 87% eram do sexo masculino e 13% do sexo feminino, jovens, com idade variando de 19 a 24 anos, correspondendo a de 67% dos entrevistados (FIGURA 12).

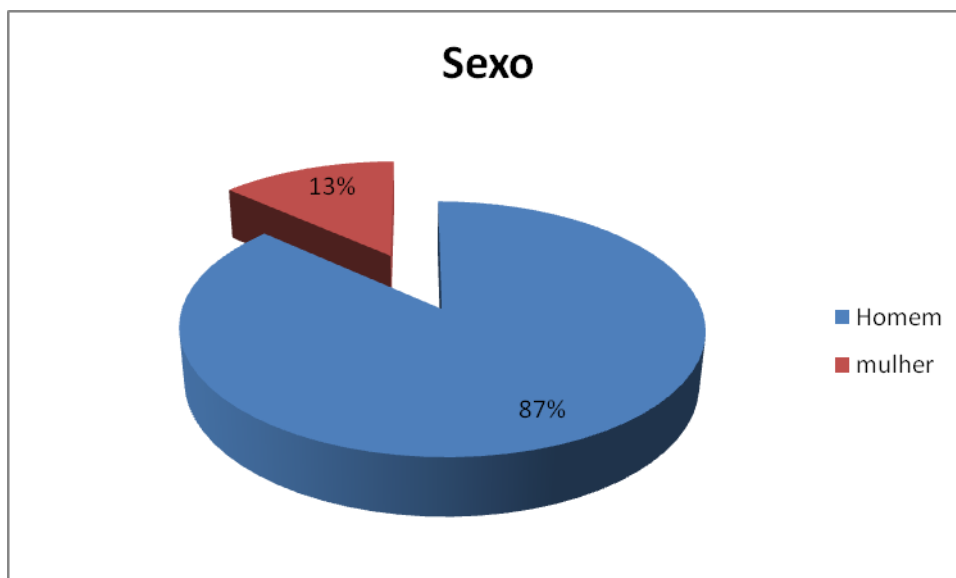


FIGURA 11- Gênero dos alunos entrevistados, egressos do convênio PRONERA-IFPB- Campus Sousa

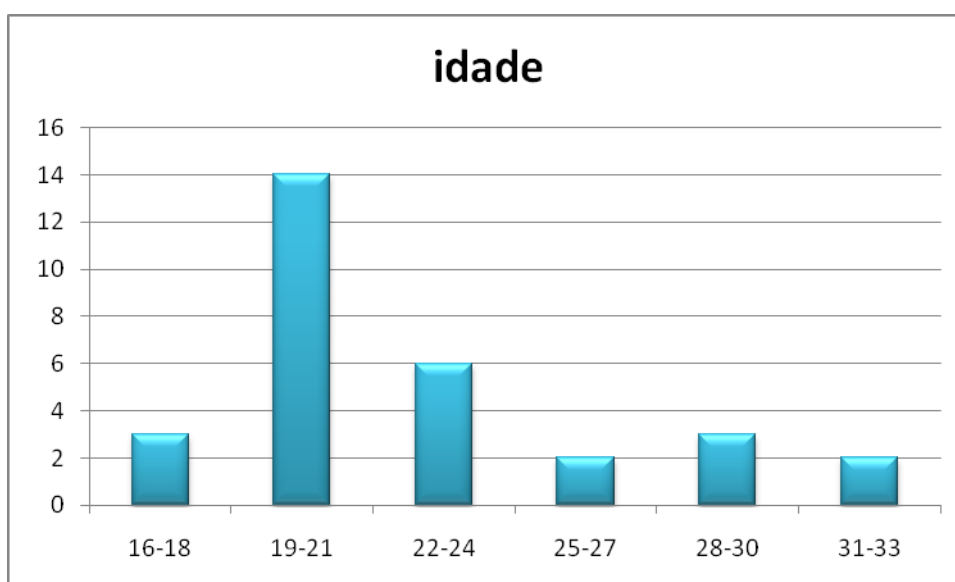


FIGURA 12- faixa etária dos alunos entrevistados, egressos do convênio PRONERA-IFPB- Campus Sousa

Analisando a figura 13, verificamos que 73% são filhos de assentados, 20% assentado e apenas 7% agregado. Podemos inferir que os alunos que estão fora da faixa etária escolar são referente aos próprios assentados que não tiveram acesso à educação pelo processo de exclusão, muito presente na educação do campo. Notamos então a presença da população mais jovem e filhos de assentados que, por iniciativas como o PRONERA começam a ter acesso a um

processo de escolarização assegurado no manual de operações do PRONERA (BRASIL, 2004)

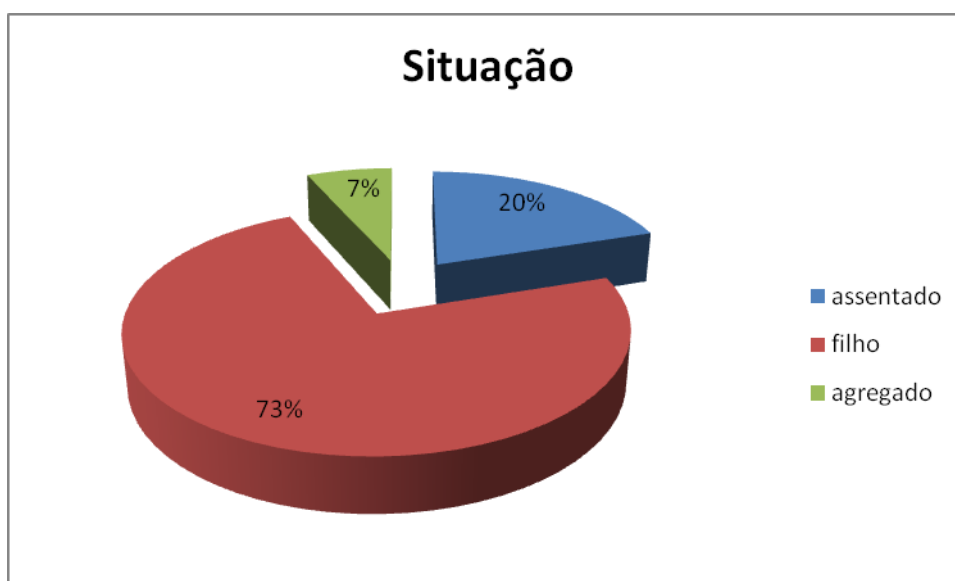


FIGURA 13- Situação dos alunos egressos do convênio PRONERA-IFPB- Campus Sousa

Dos egressos que responderam ao questionário, 83% realizaram o estágio de conclusão de curso (FIGURA 14), componente obrigatório, em conjunto com a conclusão das disciplinas, para diplomação nos cursos técnicos de agropecuária e agroindústria.

O estágio supervisionado é uma atividade curricular dos cursos técnicos do IFPB Campus Sousa, que compreende o desenvolvimento de atividades teóricas-práticas, podendo ser realizado no próprio IFPB, empresas de caráter público ou privadas, associações comunitárias de assentamentos ou comunidade familiar e ONG's conveniadas a esta Instituição de ensino.

Na proposta de estágio dos cursos do IFPB a ser regulamentado no Conselho Superior, em seu Art. 1º - O estágio supervisionado tem como finalidades:

- I. possibilitar o desenvolvimento de competências, habilidades e conhecimentos inerentes ao mundo do trabalho contemporâneo e ao exercício da cidadania;
- II. assimilar no mundo do trabalho a cultura profissional da sua área de formação acadêmica;
- III. desenvolver uma visão de mundo e de oportunidades no âmbito da profissão;
- IV. contribuir na avaliação do processo pedagógico de sua formação profissional.

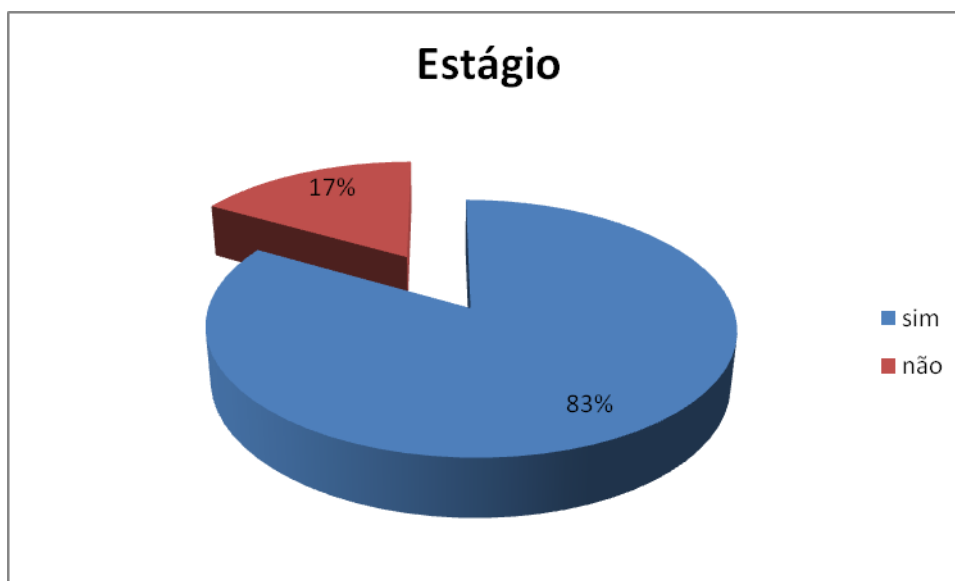


FIGURA 14- Situação de conclusão do estágio dos alunos egressos do convênio PRONERA-IFPB- Campus Sousa

4.2. REPERCUSSÕES DO PRONERA PARA OS EGRESSOS

Quanto às repercussões do Programa na vida do aluno (a) assentado (a) notamos algumas mudanças na vida pessoal e profissional. Primeiro de ordem quantitativa, cerca de 97% dos alunos questionados mostraram-se satisfeitos com o aprendizado adquirido durante o curso.



FIGURA 15- Satisfação pessoal e profissional dos alunos egressos do convênio PRONERA-IFPB- Campus Sousa

A segunda mudança refere-se aos aspectos de ordem social e política. A grande maioria melhorou o convívio social e a auto-estima adquirindo novas habilidades e novos interesses, passou a fazer questionamentos sobre a realidade vivenciada. Tudo isto pode ser observado nos comentários feitos pelos entrevistados ao serem questionados como o acesso à educação através do convênio PRONERA IFPB-Campus Sousa contribuiu para o seu desenvolvimento profissional:

"No sentido de conhecimento teórico e prático as visitas de intercambio e os seminários, incluídas como parte do programa feita juntamente em parceria com a CPT trouxe grandes benefícios, com tecnologia simples na questão de experiência em contato com outros assentamentos e com outras realidades que só ajuda o camponês a crescer aplicando essas trocas de conhecimentos em seus assentamentos de acordo com a sua realidade."

"Os conhecimentos adquiridos durante todo o desenvolvimento do projeto e ao longo do curso trouxe experiências na área de produção de orgânicos como hortaliças e viveiros de mudas para o assentamento."

"Ainda do lado profissional só veio trazer benefícios e oportunidade de aplicar os conhecimentos adquiridos pela escola, fazendo crescer e melhorar cada vez mais os assentamentos devido à assistência técnica e mão de obra qualificada vinda da própria comunidade."

"Só teve benefícios e melhoria para os assentamentos e para o homem do campo e também para as pessoas inseridas no convênio, até o lado pessoal só veio beneficiar primeiro conviver com outras pessoas fora do

nosso convívio, novas amizades. A convivência com o mundo do saber e da ciência casou perfeitamente com o conhecimento adquirido e vivido em cada assentamento.”

“Com tudo isso vivido só veio beneficiar e enriquecer o nosso lado humano, com convivência outros valores foram adquiridos e sobretudo melhorado o lado humano, como pessoa sonhos foram realizados estudar numa escola Agrotécnica hoje IFPB, concluir um curso técnico através do PRONERA.”

“Também tem outro lado que só veio abrir caminhos para uma melhoria da qualidade de vida dentro do próprio assentamento, pois a oportunidade de comercializar e participar de feiras agroecológicas a qualidade em geral dos produtos agrícolas dos assentamentos veio a crescer a cada dia, pois hoje a participação, o crescimento e a procura por produtos orgânicos são grande e mais saudável.”

“O caminho para se chegar ao IFPB tem sido uma luta constante da CPT, do INCRA e dos assentamentos na esperança de uma vida melhor para os assentamentos, pois a escola tem o papel principal no desenvolvimento de projetos e ações que garanta uma melhor qualidade de vida dentro de uma realidade vivida por cada assentamento nas condições de pesquisa, de ações e projetos desenvolvidos por seus alunos sob a orientação dos professores.”

Quando questionados sobre os projetos e ações desenvolvidas no assentamento facilitadas através dos conhecimentos adquiridos na escola, obteve-se como respostas:

“Contribuindo com projetos de agricultura orgânica para o assentamento para com isso passarmos a retirar do consumo o uso de agrotóxico no campo.”

“Produção de hortaliças orgânicas para serem comercializadas na feira agroecológica, participação da associação do assentamento. Fazenda Eficiente.”

“Participação do viveiro de mudas orgânicas, Farmácia Viva. Caprinocultura, Apicultura.”

Ainda percebem-se novas perspectivas de qualidade de vida e novas oportunidades de emprego quando observamos que 21 (70%) (FIGURA 16), dos entrevistados participaram de algum concurso público, destes, 3 obtiveram aprovação, comprovando a preparação dos alunos e alunas tanto para o desenvolvimento de atividades nos assentamentos como na obtenção de conhecimentos para a realização de trabalhos institucionais e burocráticos. Os

concursados encontram-se nos órgãos governamentais; EMATER Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba, Prefeitura Municipal de Aparecida-PB e outro para auxiliar técnica na Prefeitura Municipal de Bananeiras.

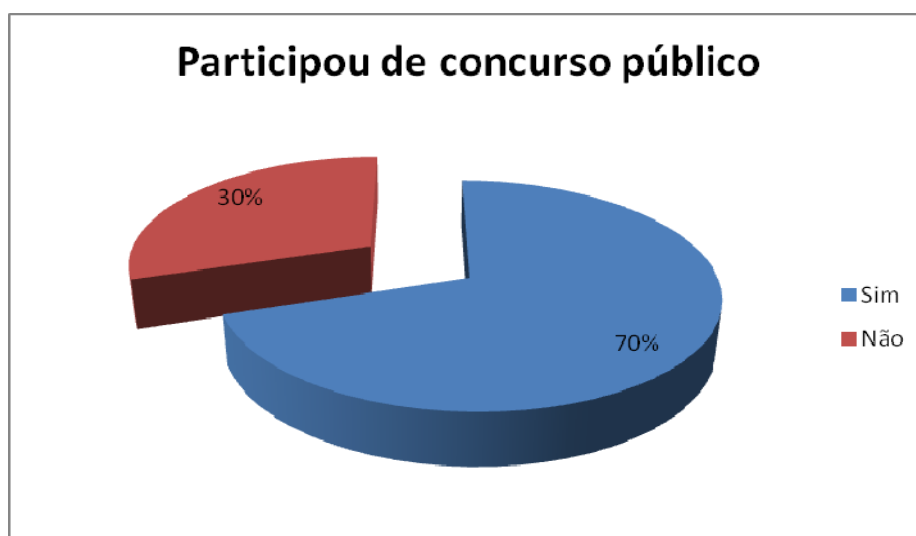


FIGURA 16-Participação em concurso público pelos alunos egressos do convênio PRONERA-IFPB- Campus Sousa



FIGURA 17-Aprovação em concurso público pelos alunos egressos do convênio PRONERA-IFPB- Campus Sousa

Dos 30 entrevistados verificou-se que 43% trabalham na área de atuação profissional ligada ao curso concluído no IFPB e apenas 13% estão desempregados.

Dos 30 egressos entrevistados 9 continuaram seus estudos nas seguintes instituições: UFCG – Universidade Federal de Campina Grande, Campus de Cajazeiras e Pombal, IFPB – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

da Paraíba, Campus Sousa e UFPB – Universidade Federal da Paraíba, Campus Bananeiras.

QUADRO 2: Área de atuação profissional dos alunos egressos do convênio PRONERA IFPB- Campus Sousa

Área de atuação profissional	Quantidade
Trabalha na área	13
Trabalha em outra área	06
Desempregado	04
Não respondeu	05
Estudante de graduação	02

Comprova-se na figura 18, o interesse em aplicar os conhecimentos adquiridos em seus assentamentos (90%), mas também é verificada a busca pela melhoria de vida através da aquisição de novos conhecimentos uma vez que 30% dos entrevistados continuaram seus estudos ao concluir a formação técnica.

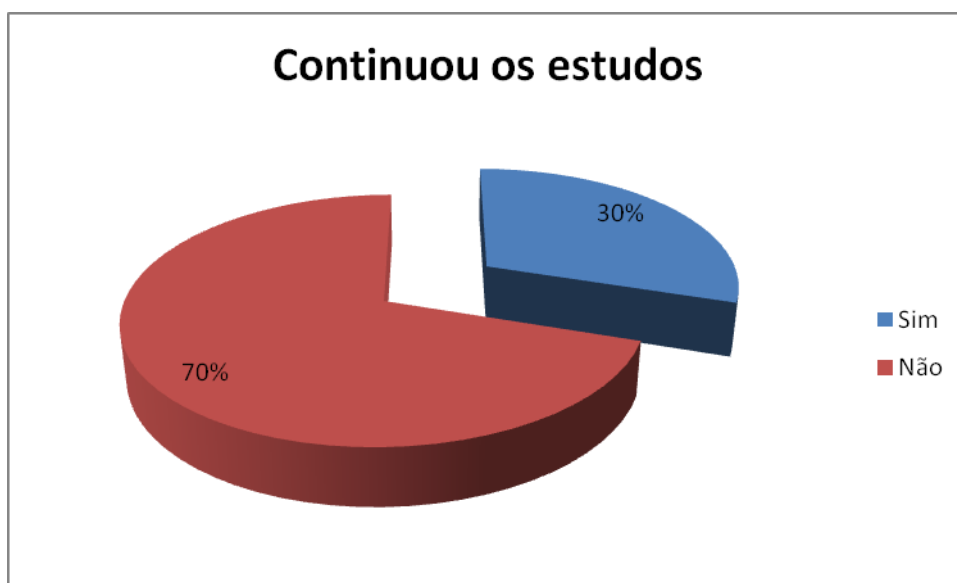


FIGURA 18-Continuação dos estudos pelos alunos egressos do convênio PRONERA-IFPB- Campus Sousa

A escola, enquanto espaço de discussões envolvendo a realidade dos alunos e alunas, proporcionou o desenvolvimento do senso crítico, o que possibilitou um amadurecimento político e uma maior preocupação com a organização do assentamento e interesse no aprendizado continuado em áreas

de discussões atuais com futuros promissores. Isto pode ser constatado ao verificar as respostas ao questionamento quanto ao curso superior que gostariam de cursar no IFPB, onde 93% dos entrevistados gostariam de retornar ao Instituto para cursar uma graduação nas áreas de veterinária (50%), agroecologia (33%) e tecnologia de alimentos (10%).

O interesse pelo curso de agroecologia é animador e afirma a decisão positiva do Campus em instalar um curso superior nessa área com um demanda de alunos oriundos de comunidades rurais. A Agroecologia, com baixas entradas de insumos externos apresenta-se como uma alternativa de menor agressão ao ambiente. Ao mesmo tempo, caracteriza-se como um novo paradigma técnico-científico capaz de guiar a estratégia do desenvolvimento sustentável. Assim, principalmente em regiões onde predomina a agricultura familiar e áreas de assentamento, essa forma de agricultura pode elevar a produtividade com uma relativa autonomia, com um mínimo de impacto ambiental e com retorno sócio-econômico-financeiro mais adequado, capaz de permitir a diminuição da pobreza e atender às necessidades sociais da comunidade.

Com relação à medicina veterinária apresentada como de maior interesse pelos egressos, nos desperta a necessidade da oferta desse curso para assentados da reforma agrária numa nova perspectiva, ou seja, numa abordagem de medicina veterinária sustentável.

O desenvolvimento sustentável tem sido enfatizado em diversos setores da agricultura: gerenciamento de recursos naturais, construção de infraestrutura, turismo e proteção ambiental. Entretanto, a medicina sustentável é um conceito relativamente novo, com as medicinas complementar, alternativa e holística como uma tentativa preliminar nesta área.

A Medicina Sustentável é um novo sistema ou abordagem da medicina que combina as vantagens dos sistemas de tratamento moderno, tradicional e complementar para fornecer melhores serviços de saúde para humanos e animais no novo milênio. Sua característica básica é formar um sistema preventivo e barato a partir de uma combinação do melhor da medicina moderna e da tradicional, integrandos as últimas tecnologias para acessar e utilizar os benefícios de idéias antigas. Para Kaphle et al. (2010), é uma tentativa de evitar o uso desnecessário de medicamentos e de ver quando e onde se pode aplicar o conhecimento e as técnicas da medicina tradicional, com o objetivo de obter

melhores resultados. Tem por objetivo racionalizar o uso de medicamentos convencionais e, ao mesmo tempo, reviver o conhecimento tradicional de medicina. Seu objetivo básico é medicina barata para todos e reconhecimento da base filosófica de tratar o paciente, e não só a doença.

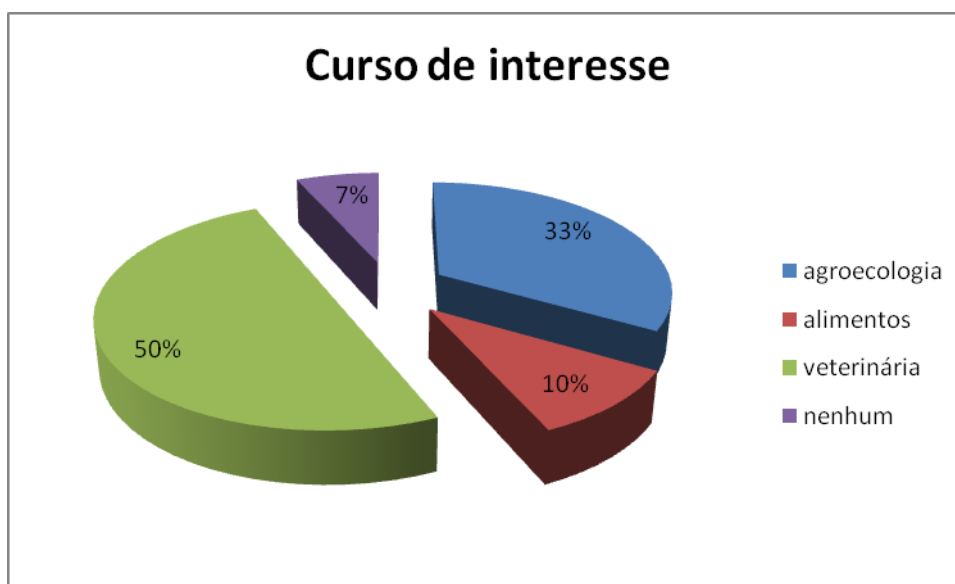


FIGURA 19-Cursos superiores de interesse dos alunos egressos do convênio PRONERA-IFPB- Campus Sousa

A experiência do PRONERA, com todas as suas dificuldades, proporciona um aprendizado maior aos assentados e aos professores e professoras permite uma maior vivência com os problemas sociais no campo e com a realidade dos assentamentos rurais, possibilitando uma maior integração entre o conhecimento científico e a realidade apresentada. Este trabalho oferece também subsídios para o levantamento de novas hipóteses e questionamentos a serem posteriormente trabalhados em pesquisas acadêmicas. Por fim, contribui para um melhor desempenho pessoal e profissional, abrindo horizontes para práticas relacionadas à construção de uma sociedade mais humana. Acredito que a escola, por si só, não transforma a realidade, mas pode ser um agente muito importante para formação da consciência do papel de cada um na luta por uma sociedade diferente. E, como dizia Paulo Freire, “ a escola não transforma a realidade, mas pode ajudar a formar os sujeitos capazes de fazer a transformação da sociedade, do mundo e de si mesmo...”

4.3. REPERCUSSÕES DO PRONERA NO IFPB-Campus Sousa

4.3.1. PRONERA/IFPB-Campus Sousa–IFPB-Campus Sousa PRONERA

A Reforma Agrária está melhorando a vida de milhares de pessoas, cerca de 935 famílias no Alto Sertão Paraibano. O acesso a terra-de-trabalho tem propiciado a melhoria da qualidade de vida e ampliado o acesso aos direitos desse grande contingente, antes excluído. Essa transformação tem produzido impacto no campo e na cidade, mudando as relações políticas e de poder.

A inclusão dos filhos dos assentados nos Cursos Técnicos em Agropecuária e Agroindústria, concomitante, subsequente e integrado ao Ensino Médio no IFPB Campus Sousa, cuja demanda vem crescendo a cada ano, está contribuindo na produção da sustentabilidade, uma vez que esses profissionais, oriundos do campo, podem apresentar maior sensibilidade para as questões dessa realidade.

Nas orientações para escrever o relatório final de cada turma concluinte do PRONERA, é necessário escrever sobre os resultados sociais obtidos: estimar a repercussão e/ou impactos sócio-econômicos, técnico-científicos e ambientais dos resultados esperados na solução de problemas focalizados (BRAISL, 2004).

Nessa perspectiva, destacamos como resultados produzidos a curto, médio e longo prazo, o despertar do interesse dos jovens para continuidade dos estudos na medida em que muitos egressos do PRONERA estão dando continuidade aos seus estudos pela aprovação em concursos vestibulares em áreas afins ao curso técnico concluído, como agronomia, agroindústria e veterinária. A elevação do nível de escolarização dos assentados, aumentando as possibilidades de envolvimento e desenvolvimento de suas comunidades facilitando, assim, a construção do projeto de desenvolvimento sustentável do campo.

De acordo com Molina e Fernandes (2004), a Educação do Campo não existe sem a agricultura camponesa, porque foi criada pelos sujeitos que a

executam, nesse sentido, a concepção de campo e de educação deve contemplar o desenvolvimento territorial das famílias que trabalham e vivem na terra. Para tanto, discute-se uma Re-significação do currículo e re-qualificação da Escola no momento em que existe a necessidade de separação entre educação rural e educação do campo. Os mesmos autores relatam que a Educação Rural vincula-se ao projeto de sociedade da classe dominante que, no campo, se traduz pelos latifundiários, pois sua gênese social “está na base do pensamento latifundista, empresarial, do assistencialismo, do controle político sobre a terra e as pessoas que nela vivem” enquanto a educação do campo é específica para o campo, que veio pro campo e que seja realizada no campo partindo do próprio sujeito do campo.

A partir do momento que é assegurado e construído esse modelo de educação, o IFPB campus Sousa proporciona, através dos seus cursos, a inclusão social, de jovens da Reforma Agrária, no processo educativo-escolar-profissionalizante garantindo assistência técnica e ambiental nas áreas de Assentamentos de Reforma Agrária com respeito ao meio ambiente e sua diversidade, reconhecendo-se como integrantes do mesmo.

A busca do desenvolvimento e da agricultura sustentável exige dos profissionais das ciências agrárias uma nova postura, um novo tipo de atuação ou um "novo profissionalismo". Este novo profissional deve estar preparado para compreender que os agroecossistemas coevoluem com os sistemas sociais e biológicos. Homens e mulheres que praticam a agricultura, ao longo da história, adaptaram-se e adaptaram as condições mais adequadas para produzir nos seus diferentes ambientes sociais e biofísicos mediante processos de tentativa e erro que não podem ser ignorados. É preciso reconhecer que os agricultores e suas famílias detêm um saber que é tão importante quanto os nossos saberes. Portanto, esse profissional deve ser capaz de integrar estes diferentes saberes, buscando a construção social de conhecimentos que promovam a gestão dos agroecossistemas numa perspectiva de desenvolvimento sustentável das comunidades. que só é possível quando se adota uma postura democrática e se realizam tarefas com base em metodologias e princípios pedagógicos libertadores (Caporal e Costa Beber, 1994).

A conclusão dos estudos leva os alunos/alunas a ter maior compreensão das potencialidades e possibilidades do campo e um aumento qualitativo e quantitativo da renda familiar em decorrência do melhor aproveitamento – uso sustentável dos recursos naturais e uma maior contribuição na construção da proposta de convivência com o semi-árido na experiência de Criação Animal;

produção agroecológica/agricultura orgânica através das hortas comunitárias agroecológica; apicultura; caprinocultura; Manejo de água na propriedade, construção de cisternas e outras formas de aproveitamento e armazenamento de água; gestão da produção através da comercialização da produção nas feiras comunitárias ou agroecológicas, criadas pelos próprios produtores. Isso é possível pela mudança na instância técnico-profissional do assentamento, através da maior contribuição dos alunos/alunas dos assentamentos com suas reflexões e intervenções a partir do saber científico obtido pelo conteúdo curricular da Escola.

A Contribuição das experiências profissionais adquiridas na escola dentro do processo de Reforma Agrária pela participação dos alunos, dentro das dinâmicas locais dos seus assentamentos e das entidades representativas através das associações dos assentamentos e sindicatos rurais, desenvolvendo projetos em suas comunidades; coordenação de grupo de mulheres para aproveitamento da produção agrícola na confecção de doces, biscoitos e processamento de frutas.



FIGURA 20- Projeto: Aproveitamento da produção agrícola no Assentamento Acauã

Fonte: Arquivos PRONERA 2008/2009



FIGURA 21- Projeto: Horta orgânica no Assentamento Acauã

Fonte: Arquivos PRONERA 2008/2009

A partir do momento que abrimos espaços de conhecimento pela educação, os alunos/alunas visualizam outros horizontes. Hoje, temos inserido no mercado de trabalho alunos/alunas concluintes do Curso Técnico em Agropecuária em Fazenda de Produção de Orgânicos e Técnicos em Agroindústria em Empresa de Laticínios da região.

Além do papel político, os Movimentos Sociais exercem um papel pedagógico muito forte. Eles contribuem para a formação e politização dos sujeitos. Segundo Arroyo (1999), “o movimento social no campo representa uma nova consciência dos direitos, à terra, ao trabalho, à justiça, à igualdade, ao conhecimento, à cultura, à saúde e à educação”. O Movimento é educativo pelas suas lutas, gestos e palavras, buscando conscientizar os sujeitos pela defesa de seus direitos, formando novos valores, nova cultura, enfim, novos sujeitos. Essa formação foi efetivada na revitalização do Grêmio Estudantil pelos alunos do PRONERA, que teve como presidente a aluna Marilene Vieira Barbosa (Novo Salvador/Jacaraú/João Pessoa-PB) e atualmente por Amanda Soares da Silva do Assentamento Sarapó em São José da Lagoa Tapada.

Durante o desenvolvimento dos convênios, a discussão das questões ambientais ficaram mais acentuadas, o que induziu a implantação da disciplina de Agroecologia na matriz curricular do Curso Técnico de Agropecuária como também o aumento do manejo orgânico da escola fazenda nos setores de fruticultura olericultura, culturas anuais, conservação de solo através de projetos de recuperação de solos salinos.

Decorrente dessas discussões, em janeiro de 2009, o IFPB -Campus Sousa, realizou vestibular para **Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia**, onde foram aprovado dois ex-alunos PRONERA: **ALEXSANDRO ALVES COELHO e CÍCERO FÁBIO DE SOUSA ALVARENGA**. Esses alunos são referência na turma, coordenando os projetos da área, junto aos professores, em seus assentamentos.

Alexsandro Alves Coelho e Cícero Fábio de Sousa Alvarenga foram selecionados para representarem o IFPB Campus Sousa no **Fórum Mundial de Educação (FME)**, realizado em novembro de 2009 em Brasília, onde apresentaram trabalho de sua autoria “**Feira Agroecológica no Alto sertão da Paraíba: Produzindo Saúde**”. Este trabalho também foi selecionado para ser

apresentado no VI Congresso Brasileiro de Agroecologia e II congresso Latino Americano realizado em Curitiba de 9 a 12 de novembro de 2009. (ANEXO 5)

As aulas práticas da turma de agropecuária do IFPB Campus Sousa, Unidade de Aparecida, estão sendo desenvolvidas no assentamento do entorno da Unidade, aumentando a integração escola/comunidade.



FIGURA 22- Aula prática da disciplina olericultura orgânica no assentamento Acauã
Fonte: Arquivos PRONERA 2009

Realização do Projeto: Recuperação dos tamarindeiros de São Gonçalo

O projeto foi realizado com os alunos do PRONERA juntamente com o Grêmio estudantil presidido pela aluna Marilene Vieira Barbosa (Assentamento Novo Salvador/Jacaraú/João Pessoa-PB) que com a comunidade e alunos da primeira fase do município, trabalharam as mudas e fizeram o replantio de alguns tamarindeiros que haviam sido arrancados no período das chuvas na região.



FIGURA 23- Projeto: Recuperação dos Tamarineiros - São Gonçalo/PB
Fonte: arquivos PRONERA 2008

Dessa parceria e experiência com educação do campo tivemos a aprovação do projeto: **CAPACITAÇÃO E EXTENSÃO TECNOLÓGICA PARA JOVENS ASSENTADOS DA REFORMA AGRÁRIA NAS ÁREAS DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA**, pelo CNPq, processo N^o 557098/2009-2, em dezembro de 2009, coordenado pela professora Dra. Kátia Cristina de Oliveira Gurjão. Eu assessoro o projeto na área de agroindústria. O projeto contemplou a seleção de cinco bolsistas do ensino técnico e um aluno do curso superior de agroecologia todos de áreas de assentamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para realização desse trabalho foi necessário revisar todas as etapas de construção desse desafio que foi sair do ninho consolidado da educação profissional formal para trabalhar educação do campo com todas as suas particularidades e sujeitos envolvidos no processo.

Com esse entendimento acreditamos que o estudo desenvolvido evidenciou aspectos importantes do processo de construção do convênio PRONERA em parceria com a CPT e INCRA para formação técnica de jovens oriundos da reforma agrária nos cursos de agropecuária e agroindústria dentro de uma metodologia adaptada as características da desses jovens, vencendo os desafios e dificuldades que se apresentavam ao longo dessa experiência.

Assim, tentamos apresentar as possibilidades e os limites para melhor executar a tarefa e garantir o objetivo do Programa de Fortalecer o mundo rural como território de vida em todas as suas dimensões: econômicas, sociais, ambientais, políticas, culturais e éticas” segundo Brasil (2004). Atentamos para a importância dessa parceria na instituição no respeito e reconhecimento das atividades desenvolvidas pelos dos movimentos sociais, respeito dos setores docente, técnico e discentes da educação formal com os assentados da reforma agrária e a adaptação desses alunos com às exigências do PRONERA. Consideramos que as contribuições que o IFPB Campus Sousa tem dado ao debate sobre o Programa Nacional da Reforma Agrária, foram valiosas para a consolidação do mesmo no campus e demais campi, reitoria e setores administrativos do IFPB.

A partir do levantamento e tratamento dos dados, o estudo demonstrou a influência da experiência com o PRONERA no projeto pedagógico de agropecuária quando implantou a disciplina de agroecologia na sua matriz curricular e começou a modificar a forma de exploração da escola fazenda, introduzindo o uso mais efetivo de insumos orgânicos. A procura, por parte das docentes, por cursos de atualização na área agroecologia e educação do campo também dessa influência. Acreditamos que a partir do momento em que começamos a entender a forma de se trabalhar a educação do campo passemos a estudar a possibilidade de introduzir a pedagogia da alternância nos próximos

convênios oferecidos a essa demanda pelo PRONERA, especialmente para cursos superiores que se apresenta como uma demanda que cresce a cada dia.

Os Cursos oferecidos pelo IFPB Campus Sousa, apesar de não se constituírem em turmas especiais para assentados, têm demonstrado identidade com as questões sociais e políticas dos movimentos sociais, e visam á formação de técnicos educadores com qualificação política e técnica, capazes de atuarem como agentes de desenvolvimento comunitário, abordando os diferentes aspectos da produção no campo.

Entendemos que, mesmo diferenciada, nossa proposta não fere, mas reafirma os significados (GADOTTI 1997) de democracia que se constroem através da educação:

1. O livre fluxo das idéias;
2. Fé na capacidade individual e coletiva de as pessoas criarem condições de resolver problemas;
3. O uso da reflexão e da análise crítica para avaliar idéias, problemas e políticas;
4. Preocupação com o bem-estar dos outros e com o 'bem comum';
5. Preocupação com a dignidade e os direitos dos indivíduos e das minorias;
6. A compreensão de que a democracia não é tanto um 'ideal' a ser buscado, como um conjunto de valores 'idealizados' que devemos viver e que devem regular nossa vida enquanto povo;
7. A organização de instituições sociais para promover e ampliar o modo de vida democrático.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, M. & FERNANDES, B. M. A educação básica e o movimento social do campo. Brasília: **Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo**, 1999. Col. por uma Educação Básica do Campo. Vol. 2.

ARROYO, M. **Ciclos de Desenvolvimento Humano e Formação de Educadores**. In: Educação & Sociedade, ano XX, nº 68, Dez. 1999.

ARROYO, M. Os Desafios de Construção de Políticas para a Educação do Campo. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Ensino Fundamental. **Educação do Campo: Cadernos Temáticos**, Curitiba: SEED, 2005.

ARROYO, M. G. Por um tratamento público da educação do campo. In MOLINA, Monica C., JESUS, Sonia M. A. de (orgs). **Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo**. Brasília, DF: Articulação nacional “Por uma Educação do Campo”. 2004.

BELTRAME, S. et al. Universidade e Movimento Social: Interação entre Sujeitos Educadores. In Beltrame, S. et al (orgs) **Educação de Jovens e Adultos: estudos e práticas do campo**. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2004.

BRASIL. MEC. **Lei nº 10.172/2001. Plano Nacional de Educação**. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394/96**. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo**. Resolução CNE/CEB, 2002. CALAZANS, Maria Julieta Costa, CASTRO, Luiz Felipe Meira de, SILVA, Hélio.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA/ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA/ Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - Pronera. **Manual de Operações**. Brasília, 2004. Disponível em: http://www.incra.gov.br/portal/arquivos/projetos_programas/0127102302.pdf. Consultado em 18 dez. 2009.

_____. MEC/ INEP/ MDA/ INCRA/ **Pronera**. Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária – PNERA. Brasília, Abril de 2005. 158 p.

BENJAMIN, C. & CALDART, R. S. **Projeto popular e escolas do campo**. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 2001. Col. por uma Educação Básica do Campo. Vol. 3.

CALADO, A. J. F. **Educação Popular nos Movimentos Sociais do Campo: potencializando a relação macro-micro no cotidiano como espaço de exercício de cidadania**. In: SCOCUGLIA, A.C.; NETO, J. F. M. (org). **Educação Popular: outros caminhos**. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1999.

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CALDART, R. S. **Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção**. In KOLLING, E. J.; CERIOLI, P. R.; ofs CALDART, Roseli Salete (org). **Educação do Campo: Identidades e Políticas Públicas**. Brasília, DF, 2002. Coleção Por Uma Educação do Campo, nº 4.

_____; ARAÚJO, M. N.; KOLLING, E. J. **Formação de Educadores nos Cursos Formais**. Luiziana- GO. Jan. 2008. Documento elaborado a partir de Seminário realizado em nov. 2007.

CAPORAL, F. R. **La extensión agraria del sector público ante los desafíos del desarrollo sostenible**: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil. Córdoba, 1998. 517p. (Tese de Doutorado) Programa de Doctorado en Agroecología, Campesinado e Historia, ISEC-ETSIAN, Universidad de Córdoba, España, 1998.

CAPORAL, F. R.; COSTA BEBER, J. A. Por uma nova extensão rural: fugindo da obsolescência. **Reforma Agrária**, v.24, n.3, p.70-90, set./dez. 1994.

DALLARI, D. A. **Improbidade acadêmica**. Gazeta Mercantil (Comentário Jurídico). 09 dez. 2005.

DI PIERRO, M. C. **Diagnóstico da situação educacional dos jovens e adultos assentados**: uma análise dos dados da pesquisa nacional de educação na reforma agrária. 29 Reunião anual da ANPEd, Caxambu, 2006. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT18-2215--Int.pdf>. Acesso em: 17 maio. 2007.

FERNANDES, F. **Anotações sobre o capitalismo agrário e mudança social no Brasil**. In.: Sociedades de classes e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 190 – 211.

FERNANDES, B. M.. **Diretrizes de uma caminhada**. In: CALDART, R. S., CERIOLI, P. R., KOLLING, E. J. (Orgs). **Educação do Campo: identidade e políticas públicas**. Brasília: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2002. p. 89-101. (Coleção por uma educação do campo, 4)

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17 ed Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, M. 1997. In: ARAÚJO, M.P. **O Sentido de um Caminhar** – UFPB

GODINHO, E.M.S.O. **Pedagogia da alternância: uma proposta diferenciada**. Disponível em: <http://www.webartigos.com/articles/3845/1/Pedagogia-Da-Alternancia/pagina1.html#ixzz137tPBXPV>. Acessado em: 20/10/2010.

ITERRA. **Intencionalidade na Formação de Educadores do Campo**. Ano VII, n. 11, p. 153, maio 2007.

KAPHLE, K; WU, L. S; LIN, J.H. **Visão de uma medicina sustentável para animais**. I Conferência Virtual Global sobre Produção Orgânica de Bovinos de Corte 02 de setembro à 15 de outubro de 2002 —Via Internet. <http://www.cpap.embrapa.br/agencia/congressovirtual/pdf/portugues/02pt01.pdf>. Acessado em 5/11/2010

KOLLING, J.; NERY, I. J. & MOLINA, M. C. (Org.). **Por uma educação básica do campo (Memória)**. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1999. Col. por uma Educação Básica do Campo. Vol. 1.

KUENZER, A. Z. **Pedagogia da fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

KUENZER, A. Z. **As mudanças no mundo do trabalho e a educação: novos desafios para a gestão**. In: FERREIRA, N. S. C. (org.). **Gestão democrática da educação: atuais tendências novos desafios**. São Paulo: Cortez 2000 a. p. 33-35.

KUENZER, A. Z. **O ensino médio agora é para a vida: entre o pretendido, o dito e o feito.** Educação e Sociedade. v. 21 ,n.70, Abril, 2000 b.

LEANDRO, J. B. **Curso técnico em administração de cooperativas do MST: a concepção de educação e a influência no assentamento Fazenda Reunidas de Promissão-SP.** Campinas, 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.

MACHADO. L. R. S. **Competências e aprendizagem.** In: LEITE, E. M, SOUZA, F. H. de M. (orgs). **Centros públicos de educação profissional:** teorias, propostas, debates e práticas. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2002. Cap. 6, p. 251-268.

MACHADO, C.L.B.; CAMPOS, C.S.S.; PALUDO. C. **Teoria e Prática da Educação do Campo.** Análise de Experiências. In: FERNANDES, A.G.; SOUSA, A.S.; CONTE, I.I.; MAGGIONI, L.; ABREU, M.V.; RIBEIRO, M. (Orgs). A pedagogia e as práticas educativas na educação do campo. Brasília, DF.MDA, 2008. p.28-39.

MARÇOLLA-MOREIRA, A. Z.; ARAÚJO, J. G. F. **Comunicação, difusão e extensão rural: uma reflexão crítica.** Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/xxii-ci/gt11/11z11>. Acesso em: 14 fev. 2003.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1983. MST. *Pedagogia da Terra.* Cadernos do ITERRA, ano II, n. 6, dez. 2002.

MOLINA, M. C.; FERNANDES, B. M. (Orgs.). **Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo**. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2004. (Coleção Por uma Educação do Campo, 5).

MONTENEGRO, Z.M.C. **A Escola Técnica de Saúde da Universidade Federal da Paraíba e a Formação de Profissionais de Enfermagem para os Assentamentos da Reforma Agrária: Os desafios da relação docente**. 2007, 121p. Dissertação (Mestrado em Educação-PPGE). Centro de Educação. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

NETO, L. B. **A educação rural no contexto das lutas do MST**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.20, p. 133 - 147, dez. 2005.

PDI-**Plano de desenvolvimento Institucional-2007/2011**. Disponível em: <http://www.eafspb.gov.br/pdi.pdf> acessado em: 05/06/2009

PESHANSKI, A. **Campanha de solidariedade à Escola Nacional Florestan Fernandes do MST**. Boletim do Jornal Brasil de Fato. Entrevista com Adelar Pizetta. 23 jun. 2006. Disponível em: http://www.brasildefato.com.br/v01/agencia/entrevistas/news_item.2006-06-23.3235614889. Acesso em: 12 jul. 2006.

PETERSEN, P.; TARDIN, J. M. *Gestão do conhecimento agroecológico – subsídio para o seminário interno da ASPTA*. (mimeografado) 1998.

REZENDE, J. R.; SCOPINHO, R. A. **O processo de formação técnica, política e cultural das famílias do ssentamento Sepé Tiaraju**. São Carlos, UFSCar, 2007. (Relatório de Iniciação Científica CNPq/ PIBIC/UFSCar).

ROCHA, Helianane Oliveira. **A EDUCAÇÃO DO CAMPO NOS ESPAÇOS DAS LUTAS POLÍTICAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS:** análise e contribuição da formação dos(as) educadores(as) do MST no Maranhão via o PRONERA. São Luís, 2007. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMA.

RIBEIRO, M. **Trabalho cooperativo no MST e ensino fundamental rural: desafios à educação básica.** Revista Brasileira de Educação, nº 17, p. 20 – 39, mai/ jun/ jul/ ago de 2001.

SCOPINHO, R. A. MARTINS, A. F. G. **Processo organizativo e gestão de assentamentos rurais: sobre a convivência, o diálogo e a mística.** In: Borsoi, I. C. F. & Scopinho, R. A. (Org.). Velhos trabalhos, novos dias: modos atuais de inserção de antigas atividades laborais. Fortaleza: Edições UFC, 2007.

SILIPRANDI, E. **Desafios para extensão rural: o “social” na transição agroecológica.** Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável, Porto Alegre, v. 3, n.3, p. 38 - 48, Jul/Set 2002.

SILVA, N.B. **Educação Popular e Subjetividade na Feira Agroecológica,** 2006. (Dissertação de Mestrado-UFPB), 140p.

SOUZA, M. A. **A pesquisa sobre educação e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) os Programas de Pós-Graduação em Educação.** Revista Brasileira de Educação v. 12 n. 36 set./dez. 2007.

WHITAKER, D. C. A. *Sociologia Rural: questões metodológicas emergentes.* Presidente Venceslau: Letras A Margem, 2002.

www.inep.gov.br, 20/03/04

ANEXOS

ANEXO 1- MATRIZ CURRICULAR – CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA INTEGRADO COM ENSINO MÉDIO-IFPB Campus Sousa

EDUCAÇÃO GERAL							EDUCAÇÃO PROFISSIONAL					
PARTE	ÁREAS	DISCIPLINAS	1ª	2ª	3ª	TOTAL HORAS		DISCIPLINAS	1ª	2ª	3ª	TOTAL HORAS
ÁREAS DO CONHECIMENTO	LINGUAGENS, CÓDIGOS E SUAS TECNOLOGIAS	Língua e Literatura	120	160	160	440	ÁREA TÉCNICA	Olericultura	120			120
		Língua Inglesa	40	40	80	160		Culturas Anuais		120		120
		Língua Espanhola			40	40		Fruticultura			120	120
		Arte	40			40		Irrigação e Drenagem		80		80
		Educ. Física	80	80	80	240		Mec. Agrícola		80		80
								Des. e Topografia			80	80
	CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS							Const. Rurais			40	40
		História	40	40	40	120		Forragicultura			40	40
		Geografia	80	40	80	200		Avicultura	80			80
		Sociologia		40		40		Aqüicultura		40		40
		Filosofia			40	40		Apicultura/Meliponicultura	80			80
								Suinocultura		80		80
	CIÊNCIAS DA NATUREZA, MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS							Ovinocaprinocultura	80			80
		Matemática	160	120	120	400		Bovinocultura			120	120
		Física	80	80	80	240		Cooperativismo	40			40
		Biologia	80	80	80	240		Agronegócios/ Empreendedorismo			40	40
		Química	80	80	80	240		Agroindústria		40		40
								Eqüinocultura			40	40
								Ext. Rural		40		40

ANEXO 2 -MATRIZ CURRICULAR- CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA CONCOMITANE E SUBSEQUÊTE COM O ENSINO MÉDIO

ÁREA	MÓDULO	ELEMENTOS CURRICULARES	C.H.T	ANO I		ANO II	
				1º Semest.	2º Semest.	1º Semest.	2º Semest.
	Básico	Redação Técnica	50	X	-	-	-
		Cooperativismo	30	X	-	-	-
		Introdução à Agropecuária	100	X	-	-	-
		Forragicultura	30	X	-	-	-
Agricultura	Agricultura I	Olericultura	120	X	-	-	-
	Agricultura II	Culturas Anuais	120	-	X	-	-
	Agricultura III	Fruticultura	120	-	-	X	-
Infra-estrutura	U.M.S.A	Irrigação e Drenagem	80	-	X	-	-
		Mecanização Agrícola	50	-	X	-	-
		Desenho e Topografia	70	-	-	X	-
		Construções Rurais	60	-	-	X	-
Zootecnia	Zootecnia I	Avicultura	100	-	-	-	X
		Aqüicultura	40	-	X	-	-
		Apicultura/Meliponicultura	60				
	Zootecnia II	Suinocultura	60	-	-	X	-
		Ovinocaprinocultura	80	-	-	-	X
	Zootecnia III	Bovinocultura	120	-	-	-	X
Gestão	Gestão e Empreendedorismo	Agronegócio	50	-	-	-	X
		Empreendedorismo	40	-	-	-	X
		Extensão Rural	30	-	-	-	X
		Projetos	30	-	-	-	X
		Agroecologia	40	-	-	-	X
		Informática	30	-	-	-	X
		Agroindústria	40	-	-	-	X

ANEXO 3-CURSO TÉCNICO EM AGROINDÚSTRIA SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO

MÓDULO I – BÁSICO

Microbiologia e conservação de alimentos	70 horas
Controle de qualidade de alimentos	90 horas
Redação técnica	50 horas
Informática básica	30 horas
Segurança do trabalho	20 horas
CARGA HORÁRIA	260 horas

MÓDULO II – PROCESSAMENTO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL

Processamento de frutas	140 horas
Processamento de hortaliças	40 horas
Processamento de massas alimentícias	120 horas
CARGA HORÁRIA	300 horas

MÓDULO III – PROCESSAMENTO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

Processamento de leite e derivados	190 horas
Processamento de carnes e pescados	180 horas
CARGA HORÁRIA	370 horas

MÓDULO IV – HIGIENE E RESÍDUOS AGROINDUSTRIAIS

Higiene e legislação	50 horas
Tratamento de resíduos agroindustriais	40 horas
CARGA HORÁRIA	90 horas

MÓDULO V – GESTÃO E EMPREENDEDORISMO

Agronegócios	50 horas
Empreendedorismo	40 horas
Cooperativismo e associativismo	30 horas
Elaboração de projetos agroindustriais	60 horas
CARGA HORÁRIA	180 horas

CARGA HORÁRIA DA HABILITAÇÃO	1.200 horas
ESTÁGIO SUPERVISIONADO	160 horas
CARGA HORÁRIA TOTAL	1.360 horas

ANEXO 4. ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO DO CAMPO COORDENADAS PELA CPT/Cajazeiras

SEMINÁRIOS DE FORMAÇÃO
1-TEMA: Agricultura Familiar Camponesa e o Agro/Hidronegócio EMENTA: As relações de poder, na história do campo brasileiro desde a Colônia. O Desenvolvimento Sustentável (Projetos em Disputa). A Agricultura Familiar no Brasil. O Agronegócio e o Hidronegócio capitalista e seus aspectos sócio-econômicos e ambientais. OBJETIVO GERAL: Construir a partir das experiências das Comunidades Camponesas, da CPT/SERTÃO e da EAFS-PB objetos de conhecimento/estudos a serem sistematizados e problematizados no momento do Seminário e nos Componentes Curriculares do Curso. INTERAÇÃO ENTRE OS CONTEÚDOS CURRICULARES: Sociologia; Extensão Rural, História, Projetos Agropecuários.
2-TEMA: Agroecologia e os Sistemas de Criação Animal no Semi-árido. EMENTA: A criação animal no Nordeste do Brasil ao longo de sua história. A criação animal no Semi-Árido Brasileiro numa perspectiva Agroecológica. As Estratégias de Convivência Com o Semi-Árido relativas à produção animal. OBJETIVO GERAL: Construir a partir das experiências das Comunidades Camponesas, da CPT/SERTÃO e da EAFS objetos de conhecimento/estudos a serem sistematizados e problematizados no momento do Seminário e nos Componentes Curriculares do Curso. INTERAÇÃO ENTRE OS CONTEÚDOS CURRICULARES: Agroecologia; Sociologia Rural; Extensão Rural; Projetos agropecuários; Estudo dos Fatores Climáticos e sua Relação com a Planta; Manejo e Conservação do Solo; Mecanização Agrícola. Culturas anuais; Nutrição Animal e Forragem. Apicultura/Meliponicultura; Aqüicultura; Avicultura; Ovinocaprinocultura; Suinocultura; Bovinocultura.
3-TEMA: Água, História das Secas e a Convivência com o Semi-Árido. EMENTA: A <i>solução hidráulica</i> como presença histórica para a mitigação dos efeitos das secas no Nordeste do Brasil. A produção da <i>Indústria da Seca</i>. Os caminhos das políticas públicas desde o assistencialismo à Convivência com o Semi-Árido Brasileiro. As Estratégias de Convivência com o Semi-Árido Brasileiro. O Hidronegócio capitalista e seus aspectos sócio-econômicos e ambientais. OBJETIVO GERAL: Construir a partir das experiências das Comunidades Camponesas, da CPT/SERTÃO e da EAFS objetos de conhecimento/estudos a serem sistematizados e problematizados no momento do Seminário e nos Componentes Curriculares do Curso. INTERAÇÃO ENTRE OS CONTEÚDOS CURRICULARES: Sociologia Rural. Extensão Rural, Projetos Agropecuários, Irrigação e Drenagem (Estudo dos Fatores Climáticos e sua Relação com a Planta); Culturas anuais (Manejo e Conservação do Solo); Mecanização Agrícola; Culturas Regionais; Manejo de Pragas; Doenças e Plantas Daninhas..
4-TEMA: Abordagem Metodológica: assessoria Técnica Social e Ambiental em áreas de Reforma Agrária. EMENTA: O desenvolvimento do conceito extensão rural. A Assistência Técnica Social e Ambiental como resposta à perspectiva da Agricultura Familiar Camponesa baseada na Agroecologia. Desafios da Reforma Agrária na perspectiva de políticas públicas de Assistência Técnica Social e Ambiental. Assistência Técnica e Ambiental e gestão da produção em Agricultura Familiar Camponesa. OBJETIVO GERAL: Construir a partir das experiências das Comunidades Camponesas, da CPT/SERTÃO e da EAFS objetos de conhecimento/estudos a serem sistematizados e problematizados no momento do Seminário e nos Componentes Curriculares do Curso. INTERAÇÃO ENTRE OS CONTEÚDOS CURRICULARES: Agroecologia; Extensão rural; Sociologia; Projetos agropecuários; Administração e economia rural; Cooperativismo;

Agroecologia; Monitoramento, Controle e Avaliação do Processo Produtivo; Cooperativismo; Monitoramento do Processo de Comercialização.
5-TEMA: A Questão Agrária: A Reforma Agrária e o Camponato Brasileiro
EMENTA: Estrutura Fundiária Brasileira desde a Colônia. As Lutas Camponesas pela <i>Terra-de-trabalho</i> . A Agricultura Familiar no Brasil. O adjetivo Camponês (a) associado à Agricultura Familiar.
OBJETIVO GERAL: Construir a partir das experiências das Comunidades Camponesas, da CPT/SERTÃO e da EAFS objetos de conhecimento/estudos a serem sistematizados e problematizados no momento do Seminário e nos Componentes Curriculares do Curso.
INTERAÇÃO ENTRE OS CONTEÚDOS CURRICULARES: Sociologia; Extensão Rural; Projetos Agropecuários; História.
6-TEMA: A Conservação das Sementes Nativas e a Estratégia dos Bancos de Sementes Comunitários.
EMENTA: A produção de sementes na perspectiva do agronegócio capitalista. A produção das sementes nativas (<i>Sementes da Paixão</i>) e a perspectiva da Segurança Alimentar. A importância dos Bancos de sementes Comunitários para as Lutas Camponesas pela <i>Terra-de-trabalho</i> . As relações entre a Agricultura Familiar Camponesa, a conservação das <i>Sementes da Paixão</i> e a Agroecologia.
OBJETIVO GERAL: Construir a partir das experiências das Comunidades Camponesas, da CPT/SERTÃO e da EAFS objetos de conhecimento/estudos a serem sistematizados e problematizados no momento do Seminário e nos Componentes Curriculares do Curso.
INTERAÇÃO ENTRE OS CONTEÚDOS CURRICULARES: Agroecologia; Sociologia; Extensão Rural; Projetos Agropecuários; Culturas Anuais; Manejo de Pragas, Doenças e Plantas Daninhas; Nutrição Animal e Forragem.; Biologia.

VISITAS TÉCNICAS
1-LOCAL: - Quixadá (CE) - Manejo Sustentável da Caatinga - Aparecida (PB) – Várzeas de Sousa - Produção Camponesa.
OBJETIVO GERAL: Possibilitar a produção de conhecimentos pertinentes à Agricultura Familiar Camponesa na perspectiva da Convivência com o Semi-Árido (manejo do Bioma Caatinga, Cultivos Agroecológicos) através do diálogo de saberes mediado por experiências significativas desenvolvidas na área.
CONTEÚDOS CURRICULARES PERTINENTES NA SISTEMATIZAÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS: Agroecologia; Sociologia; Extensão Rural; Projetos Agropecuários; Manejo e Conservação do Solo. Irrigação e Drenagem (Estudo dos Fatores Climáticos e Sua Relação com a Planta); Culturas Olerícolas; Manejo de Pragas, Doenças e Plantas Daninhas.
2-LOCAL: - Ouricuri/PE – Convivência com o Semi – Árido. - Fortuna – Jericó/PB – Experiência de Criação Animal.
OBJETIVO GERAL: Possibilitar a produção de conhecimentos pertinentes à Agricultura Familiar Camponesa na perspectiva da Convivência com o Semi-Árido (Cultivos Agroecológicos) através do diálogo de saberes mediado por experiências significativas desenvolvidas na área.
CONTEÚDOS CURRICULARES PERTINENTES NA SISTEMATIZAÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS: Agroecologia; Sociologia; Extensão Rural; Projetos Agropecuários; Manejo e Conservação do Solo. Irrigação e Drenagem (Estudo dos Fatores Climáticos e Sua Relação com a Planta); Culturas Olerícolas; Manejo de Pragas, Doenças e Plantas Daninhas; Avicultura; Culturas olerícolas; Caprinocultura; Bovinocultura; Piscicultura.

3-LOCAL: • Teixeira/PB – Manejo de Água na Propriedade • Assentamento Bartolomeu I - Bonito de Santa Fé/PB – Hortas Orgânicas.
OBJETIVO GERAL: Possibilitar a produção de conhecimentos pertinentes à Agricultura Familiar Camponesa na perspectiva da Convivência com o Semi-Árido (Cultivos Agroecológicos/Agricultura Orgânica) através do diálogo de saberes mediado por experiências significativas desenvolvidas na área.
CONTEÚDOS CURRICULARES PERTINENTES NA SISTEMATIZAÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS: Agroecologia; Sociologia e Extensão Rural; Projetos agropecuários; Manejo e Conservação do Solo; Irrigação e Drenagem (Estudo dos Fatores Climáticos e Sua Relação com a Planta), Culturas Olerícolas; Manejo de Pragas, Doenças e Plantas Daninhas. Nutrição Animal e Forragens; Cooperativismo.
4-LOCAL: • J. Pessoa/PB Sapé/PB Produção/Com. de Produtos Agroecológicos. • Assentamento Veneza – Aparecida/PB – Planejamento da Produção
OBJETIVO GERAL: Possibilitar a produção de conhecimentos pertinentes à Agricultura Familiar Camponesa na perspectiva da Convivência com o Semi-Árido (Cultivos Agroecológicos/Planejamento da Comercialização) através do diálogo de saberes mediado por experiências significativas desenvolvidas na área.
CONTEÚDOS CURRICULARES PERTINENTES NA SISTEMATIZAÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS: Agroecologia; Sociologia e Extensão Rural; Projetos Agropecuários; Administração e Economia Rural; Manejo e Conservação do Solo; Irrigação e drenagem (Estudo dos Fatores Climáticos e Sua Relação com a Planta); Culturas Olerícolas; Manejo de Pragas, Doenças e Plantas Daninhas; Elaboração do Plano de Exploração da Propriedade Rural; Cooperativismo; Monitoramento, Controle e Avaliação do Processo Produtivo; Monitoramento do Processo de Comercialização.
5-LOCAL: • Apodi / RN e Mossoró/ RN – Apicultura e Caprinocultura. • Assentamento Angélica – Aparecida/PB – Produção Agroecológica
OBJETIVO GERAL: Possibilitar a produção de conhecimentos pertinentes à Agricultura Familiar Camponesa na perspectiva da Convivência com o Semi-Árido (Produção Animal) através do diálogo de saberes mediado por experiências significativas desenvolvidas na área.
CONTEÚDOS CURRICULARES PERTINENTES NA SISTEMATIZAÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS: Agroecologia; Sociologia e extensão Rural; projetos Agropecuários; Manejo e Conservação do Solo; Estudo dos Fatores Climáticos e Sua Relação com a Planta; Manejo de Pragas, Doenças e Plantas Daninhas; Elaboração do Plano de Exploração da Propriedade Rural; Cooperativismo; Nutrição Animal e Forragens; Apicultura; Avicultura; ovinocaprinocultura; Bovinocultura; Suinocultura; Olericultura; Culturas Anuais; Monitoramento do Processo de Comercialização.
6-LOCAL: • Juazeiro/BA – Geração de Renda e Convivência com o Semi – Árido. • Assentamento Três Irmãos/Triunfo/PB-O Banco de Sementes Comunitário.
OBJETIVO GERAL: Possibilitar a produção de conhecimentos pertinentes à Agricultura Familiar Camponesa na perspectiva da Convivência com o Semi-Árido (Cultivos Agroecológicos) através do diálogo de saberes mediado por experiências significativas desenvolvidas na área; Possibilitar discussões sobre a Agricultura Familiar Camponesa e suas relações com a geração de renda.
CONTEÚDOS CURRICULARES PERTINENTES NA SISTEMATIZAÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS: Agroecologia; Sociologia e Extensão Rural; Projetos Agropecuários; Manejo e Conservação do Solo; Estudo dos Fatores Climáticos e Sua Relação com a Planta; Culturas Olerícolas; Culturas anuais (Produção e armazenamento de sementes); Administração e economia rural.

ANEXO 5 QUESTIONÁRIO APLICADO COM EGRESSOS



Com o objetivo de escrevermos e divulgarmos a experiência do PRONERA do IFPB Campus Sousa (Antiga Escola Agrotécnica), solicitamos a gentileza de responder a esses questionamentos.

I – IDENTIFICAÇÃO DO ALUNO

Assentamento: _____
Nome: _____
Idade: _____
Situação: Assentado () Filho () Agregado () de: _____
Curso realizado: _____
Ano de conclusão. _____
Realizou estágio: Sim () Não ()

II- QUESTIONÁRIO:

a) A conclusão do curso indicado satisfaz suas expectativas pessoais? Sim ()
Não ()
Justifique. _____

c) Com a conclusão do ensino médio/técnico, foi submetido a algum concurso público?
Sim () Não (). Foi aprovado Sim () Não (). Qual
Concurso? _____

d) Você continuou seus estudos? Sim () Não ()
Qual instituição?/local _____

e) No seu entendimento, no que o convênio PRONERA do IFPB Campus Sousa (Antiga Escola Agrotécnica), contribuiu para o seu desenvolvimento pessoal profissional? _____

E para o seu assentamento? _____

f) Quais projetos e ações você desenvolveu na sua comunidade facilitados com os conhecimentos adquiridos na escola?

g) Caso não esteja trabalhando na sua área profissional, em que você está trabalhando hoje?

h) Você se interessaria em cursar um curso de nível superior convênio PRONERA no IFPB campus Sousa.

Sim () Não ()

Assinale o curso de interesse.

Tecnólogo em agroecologia ()

Tecnólogo em alimentos ()

Medicina veterinária ()

Agradeço a contribuição.

Profa. Maria das Dores Sales Barreto
IFPB-Campus Sousa